

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE DIREITO**

**ARTHUR BASTOS RODRIGUES**

**A ASSIMILAÇÃO DOS OPOSTOS COMO IDEIA ARQUETÍPICA DA JUSTIÇA**

**JUIZ DE FORA**

**2014**

**ARTHUR BASTOS RODRIGUES**

**A ASSIMILAÇÃO DOS OPOSTOS COMO IDEIA ARQUETÍPICA DA JUSTIÇA**

Monografia de Conclusão de Curso apresentada pelo discente ARTHUR BASTOS RODRIGUES como requisito acadêmico parcial para obtenção do título de bacharel em Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação do Professor Brahwlio Soares de Moura Ribeiro Mendes.

**JUIZ DE FORA**

**2014**

**ARTHUR BASTOS RODRIGUES**

**A ASSIMILAÇÃO DOS OPOSTOS COMO IDEIA ARQUETÍPICA DA JUSTIÇA**

**Monografia de conclusão de curso apresentada ao curso de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Direito, aprovada pela seguinte banca examinadora:**

**Aprovada em (dia) de (mês) de (ano)**

**BANCA EXAMINADORA**

-

---

**Prof. Brahwlio Soares de Moura Ribeiro Mendes - Orientador**  
**Universidade Federal de Juiz de Fora**

---

**Prof. Fellipe Guerra David Reis**  
**Universidade Federal de Juiz de Fora**

---

**Prof. Mário Cesar da Silva Andrade**  
**Universidade Federal de Juiz de Fora**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer, em forma de louvor, àquilo que nos infla da possibilidade de criar e dar voz ao sopro primordial. Aos meus pais, que me proporcionaram a liberdade de pensar e saber, meus professores de toda vida. À amizade de muitos irmãos e irmãs, fraternais, que fazem parte do meu reconhecimento como homem, de tantas fantasias e recordações. Ao amor de uma mulher, que só me dá coragem pra seguir em frente. Aos meus orientadores de horas formais e informais, de debates incandescentes. Aos escritores e tradutores dos livros e textos bibliográficos, pensadores de hoje e ontem. Aos que já se foram.

“Existe também no homem uma força análoga à da natureza, e esta força é a razão ou o verbo do homem. O verbo do homem é a expressão da sua vontade dirigida pela razão. Este verbo é onipotente quando é razoável, porque então é análogo ao próprio verbo de Deus.”  
- meus grifos - (LEVI, 1896).

## RESUMO

A justiça na sua forma primordial não se realiza quando há uma sentença – uma punição ou distribuição - essa é apenas uma expressão simbólica do arquétipo da Justiça. Quando este age requer a assimilação dos opostos a partir da compreensão da realidade dual, num sentido em que para compreender o bem é necessário compará-lo com o mal, para a justiça, a injustiça é o suporte fático exigido para a apreensão da realidade em toda sua complexidade, física e energética. Para o arquétipo da justiça não ser reprimido, portanto, exige a percepção da dualidade e a conseqüente necessidade de união dos pólos opostos, que se dá naturalmente, desde que o homem consiga seguir os mandamentos da natureza, mesmo sendo esta uma tarefa estóica.

Com o viés jusnaturalista da escola greco-romana da *stoá* (estoicismo) e, de maneira interdisciplinar, com a psicologia analítica de Carl Gustav Jung, este trabalho de conclusão da graduação pretende aprofundar, dentro da Teoria da Justiça, todas as acepções que esta possa ter, sem receio de buscar fundamentação em ciências espirituais, simbólicas, mitológicas e históricas.

Por fim, analisar as formas de se tornar cada vez mais justos, em um processo de interiorização e respeito com o próximo, no qual saber ouvir, com alteridade, é pressuposto do jurista, seja ele o magistrado, que julga o caso concreto e, mesmo, o cidadão, que está a todo tempo interpretando as regras e modos de vidas, sejam os criados pela lei dos homens, sejam pela lei da natureza.

**PALAVRAS-CHAVES:** Justiça. Jusnaturalismo. Estoicismo. Arquétipos. Inconsciente Coletivo. Assimilação dos Opostos. Mitologia. Autoconhecimento. Alteridade.

## ABSTRACT

Justice in his primordial form does not happen when there is a sentence – a punishment or a distribution – this is just a symbolic expression of the archetype of Justice. When this one acts requires the assimilation of the opposites from the understanding the dual reality, in a sense that to understand the good it is necessary to compare it with the evil, for the justice, the injustice is the factual support required for the apprehension of reality, in his all complexity, physical and energy. In order that the archetype of Justice was not repressed, therefore, it demands the perception of the dualism and the consequent necessity of union opposite poles, which happens naturally, since the man manages to follow the orders of nature, even though this is a stoic task.

With the nature Law bias of greco-roman school of the stoá (estoicism) and, in an interdisciplinary way, with the analytical psychology of Carl Gustav Jung, this graduation final project aims to deepen, inside the Theory of Justice, all the senses that this one could have, without fear of seeking justification in spiritual, symbolic, mythological and historical sciences.

Finally, looking at ways to become more and more just, in a process of internalization and respect with near one, in which to be able to hear, with otherness, is the presupposed of the jurist, whether the magistrate, what judges the tangible case and , even , the citizen , who is all the time interpreting the rules and ways of life, are those developed by the law of men , are by the law of nature.

**KEYWORDS:** Justice. Natural Law. Stoicism. Archetypes. Collective Unconscious. Assimilation of Opposites. Mythology. Self-knowledge. Otherness.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Lemniscata de Bernoulli, Jacob Bernoulli, 1694.....35
2. Caduceu do deus grego Hermes, Rama, 2006.....35
3. Arcano de número 8, “A Justiça”, no Tarô de Marselha, Grimaud, 1930.....37
4. Letra Aleph, primeira letra alfabeto hebraico, autor desconhecido.....43



## SUMÁRIO

<b>1)</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
	1.1 A Pesquisa Jurídica.....	10
	1.2. Homem e a Natureza.....	14
	1.3. Justiça, História e Mitologia.....	16
<b>2)</b>	<b>JUSNATURALISMO E A VIDA EM CONFORMIDADE NO PÓRTICO.....</b>	<b>20</b>
	2.1. O Estoicismo e a virtude.....	20
	2.2. Viver conforme a natureza.....	24
<b>3)</b>	<b>A JUSTIÇA COMO ARQUÉTIPO DO INCONSCIENTE COLETIVO.....</b>	<b>27</b>
	3.1. Carl G. Jung e o Inconsciente Coletivo.....	27
	3.2. O Arquétipo da Justiça e seus mitos.....	32
<b>4)</b>	<b>O TODO E A ASSIMILAÇÃO DOS OPOSTOS.....</b>	<b>38</b>
	4.1. Lógos ou o Todo.....	38
	4.2. A realidade dual.....	41
	4.3. Assimilação dos opostos.....	44
<b>5)</b>	<b>A SABEDORIA PRÁTICA DE OUVIR A SI E AO OUTRO COMO IDEIA PRIMORDIAL DE JUSTIÇA.....</b>	<b>47</b>
	5.1. Jung e o processo de Individuação.....	47
	5.2. Alteridade e o respeito ao próximo.....	51
<b>6)</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Diante da tarefa de realização desse trabalho monográfico não optou-se pelo convencional modelo exordial. Tomando como problema a tentativa de compreender a assimilação dos opostos como idéia arquetípica de justiça, a partir do referencial Junguiano. Como caminho será utilizado a comparação do arcabouço fornecido por este referencial com a idéia estoíca de justiça, originária das contemporâneas noções universalistas de justiça. Durante este percurso haverão algumas epígrafes, recurso indispensável à uma melhor compreensão dos tópicos. Que a introdução prossiga cumprindo seu papel de conduzir o leitor ao núcleo do trabalho.

## 1.1 A pesquisa jurídica;

*A imaginação é mais importante que o conhecimento<sup>1</sup>*

Este trabalho científico tem o intuito de ampliar as pesquisas no campo jurídico, tornando o seu estudo interdisciplinar e dinâmico. Acreditamos ser necessário o aprofundamento das pesquisas jurídicas nos campos da filosofia, sociologia e história, como já vem acontecendo, porém, mais ainda, buscar a aproximação do estudo do Direito com temas até então estranhos, como os de psicologia e psiquiatria, além do estudo interdisciplinar com a física, matemática, biologia, química, astronomia, entre outros. É importante notar que as pesquisas relacionadas às religiões, espiritualidade e mitologias são de altíssima relevância, no sentido que trazem novas perspectivas aos temas do direito, apesar de terem sido deixadas de lado nas cadeiras acadêmicas. Essa interdisciplinaridade tem a intenção de manter livre o diálogo no direito, tornando-o sempre atento às complexidades e diversidades sociais, as quais exigem, também, evoluções jurídico-processuais, com intuito de se legitimar a tutela dos interesses coletivos de uma sociedade rica de tensões e, por isso, em movimento. Mais além, são necessárias mais pesquisas empíricas para o desenvolvimento eficaz do pesquisador e da própria ciência do Direito, visitando os locais onde os Direitos Humanos são constantemente desrespeitados como periferias, escolas, hospitais e presídios públicos. Desta forma, desenvolve-se o estudo jurídico de maneira completa e socialmente inclusiva. A sociedade, o indivíduo, a natureza e a história evolutiva, tanto do Universo quanto do Homem, devem ser

---

<sup>1</sup> Albert Einstein *apud* Revista Galileu. Edição 161. Disponível em: (<http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,6993,ESD717-1707,00.html>)

assimilados pelo Direito. Escreve Egberto Penido, em “O valor do sagrado e da ação não-violenta nas dinâmicas restaurativas” que:

Importa, assim, que a ciência do Direito se permita dialogar também com a visão das tradições espirituais, assumindo o protagonismo em seu campo de estudo das contribuições que este diálogo pode acarretar no modo pelo qual se dá efetividade ao valor justiça. (PENIDO, 2006 p. 13)

A necessidade de aprofundamento e interdisciplinaridade, inerentes à pesquisa científica, inclusive a campos sem a tal “credencial científica”, é para nós o que falta à ciência moderna. Ciências esotéricas, intuitivas e espirituais são, quase sempre, esquecidas nas cadeiras acadêmicas. Com a finalidade unicamente pragmática, de se provar materialmente o que se afirma, o método científico radicalizado se tornou dissociado da realidade, ele se entrega tão somente aos caminhos metodológicos e se afasta da própria experiência científica. Egberto Penido, citando Roberto Crema (1989), escreve:

O triunfo da razão gerou o racionalismo científico. Dissociou-se o subjetivo do objetivo, prevalecendo o ideal da objetividade. A ênfase na quantificação conduziu à perda da dimensão qualitativo-valorativa. Reduziu-se o mistério ao comensurável. A ciência desvinculou-se da mística, da filosofia, da ética e estética, da poesia e, de certo modo, da própria vida. Enfim, ‘o espírito começou a degenerar em intelecto’, na denúncia de Jung. (PENIDO, 2006 p. 10)

A realidade em que vivemos é dual, abrangendo matéria e frequência (ou energia). Nossa mente consciente é apenas a ponta do iceberg se comparada à profundidade e nebulosidade do inconsciente. Este, fruto da energia psíquica de caráter intuitivo, se reflete em sonhos, divagações, delírios e práticas meditativas. Deve-se buscar com essas frequências da mente a dissociação e o desenvolvimento de uma sabedoria intuitiva e sensorial. Deixar o viés da sensibilidade alargar a nossa inteligência. “É necessário dar valor científico ao sentimento e à emoção. Pois essencial para a vida” (JUNG, 1998, p. 126)

Nos estudos de Hermenêutica Jurídica<sup>2</sup>, ao se conhecer as grandes escolas interpretativas do Direito, pode-se visualizar a evolução desta ciência e perceber, na sua fundação, suas raízes fincadas em um direito jusnaturalista. No decorrer da evolução da

---

<sup>2</sup> O termo Hermenêutica Jurídica tem origem mitológica. Na mitologia grega, Hermes era o mensageiro e intérprete da vontade dirigida pelos deuses, dando origem ao termo “hermenêutica”

sociedade, esse direito concebido por uma razão universal e abstrata, passou por um processo exegético e de positivação, tendo, posteriormente, o acréscimo importante da filosofia de Hans Kelsen, chegando aos estudos modernos e contemporâneos, pós-positivistas. Não enxergamos, porém, que essa mudança de postura significou ruptura com o sistema jusnaturalista, na verdade, houve uma tentativa de racionalização, com o fim instrumental do direito natural. Essa mudança é fruto do desenvolvimento das sociedades e é totalmente compreensível a ideologia da codificação como forma de se tutelar melhor os direitos. A crítica que deve ser feita é quanto à suposta ruptura do direito positivado com o direito natural. Houve um abandono da forma jusnaturalista de se pensar o Direito. Essa ilusão da separação gera o enfraquecimento da ciência jurídica, pois a afasta de suas raízes místicas e das filosofias idealistas que a geraram e esculpiram. Ela se enfraquece na medida em que deixa de se atualizar em uma razão geral e abstrata, tornando-se estática frente à dinamicidade da coletividade. Além disso, a característica de pureza, exclusiva à ciência direito, pode comprometer um estudo completo e eficaz na busca da justiça, figura esta, central para o direito e para funcionamento de todo o Universo, como desenvolveremos ao longo deste trabalho.

Ainda na dogmática da Hermenêutica Jurídica, além das escolas exegéticas, positivistas e de Hans Kelsen, existem outros importantes movimentos, os quais lidam diretamente com as chaves interpretativas, as quais são objeto desta pesquisa, e que, além disso, dialogam com nossa posição de tornar a ciência jurídica mais completa e conectada com o todo social e natural. Estes marcos hermenêuticos estão presentes na Escola Histórica, da Jurisprudência dos Valores e a do Movimento pelo Direito Livre, as quais buscam uma investigação interdisciplinar e focada na história da humanidade, ou de uma comunidade em destaque. Além disso, trabalham com os valores culturais e éticos presentes naquele momento interpretativo, mas sem se esquecer da construção histórica. A Escola Histórica do Direito, nascida na Alemanha no século XX, se prende às bases da sociedade e aos elementos de sua formação, vindo com isso, a necessidade do jurista ser antes de tudo, um historiador. Percebe-se que, estas escolas buscam tratar o direito na sua característica mais realçada, a da “impureza”.

A Justiça, também como uma importante chave interpretativa do Direito, e mais, como um valor e aspiração da própria sociedade, requer, ao nosso ver, um aprofundamento do seu conceito, na busca do restabelecimento de suas raízes. O Direito nem sempre corresponde a padrões de Justiça, mas pode contribuir muito para a realização dela.

Nesta introdução, é importante também notar que a tensão é própria do Direito. A dúvida, a incerteza e a insegurança estão sempre presentes no debate jurídico, com isso, não se pode trabalhar com o tudo ou nada, é importante ter razoabilidade, com uma gradação equilibrada das dualidades em conflito, a chamada Assimilação dos Opostos, desenvolvido no Capítulo 4, item 1, deste trabalho de conclusão de curso.

Pretende-se, neste diapasão, desenvolver uma nova abordagem da Justiça, focada no direito jusnaturalista dos Estoicos (corrente filosófica greco-romana) e na concepção de que o homem está conectado como um todo à natureza do cosmos. E que essa conexão se dá, primordialmente, em sua própria psique a maior parte do tempo inconsciente, como muito estudou o psiquiatra Carl Gustav Jung, criador da Psicologia Analítica.

Na busca de uma Justiça que pacifique e restabeleça os laços sociais, a psicanálise e a psicologia têm a vocação de contribuir com seus conhecimentos para fins humanitários e de cunho judicial, o juiz deve ter sensibilidade e tato com o caso concreto e com a realidade. O conhecimento técnico, mesmo que extenso, não é suficiente. Além de “conhecer as regras do jogo”, é necessário para o jurista ter uma inteligência sensível e intuitiva para além das regras. O intérprete do direito é constantemente desafiado, neste sentido, na busca da finalidade básica da vida, a compreensão da própria realidade.

Destarte, compreender a Justiça em seu caráter arquetípico é o intuito deste trabalho. Arquetípico num sentido de que é fruto da mente inconsciente e é capaz de gerar símbolos e refletir em padrões comportamentais, como o da justiça ou injustiça social - distributiva ou retributiva. Uma justiça primordialmente concebida trabalha com a intuição e sensibilidade e na tentativa constante de “tornar os ruídos mais melódicos”.

Imaginação e Intuição são auxiliares indispensáveis ao nosso entendimento. E, apesar da opinião popular afirmar que são requisitos valiosos, sobretudo para poetas e artistas e que não são recomendáveis para o “bom senso”, a verdade é que são igualmente vitais em todos os altos escalões da ciência. Exercem nesse campo um papel de importância sempre crescente, que suplementa o da inteligência “racional” na sua aplicação em problemas científicos (JUNG, 1998, p. 115)

Cada caso é um caso para o direito, o intérprete deve estabelecer novas estratégias metodológicas de pesquisa no caminho da inovação.

## 1.2. O homem e a natureza.

*Enquanto as pessoas continuarem ignorando suas necessidades interiores e sua natureza, elas continuarão falhando em reconhecer o porquê das coisas acontecerem*<sup>3</sup>

Ao tentar encontrar uma abordagem jusnaturalista e não-recortada do conceito de Justiça, acaba-se se deparando, primeiro, com a própria relação do homem com a natureza, sendo ele o aplicador e receptor do direito. Da mesma forma que o direito positivado, na evolução da sociedade, ignorou a presença jusnaturalista, entendemos que o homem, também, na evolução da humanidade, se afastou da sua raiz ancestral e dos antigos povos, os quais viviam em prol da natureza e eram inconscientemente governados por uma inteligência intuitiva e sensível, e deram os primeiros passos no desenvolvimento da psique humana.

A real crise no mundo não é uma crise social, política, econômica ou, mesmo jurídica. Essa crise é uma crise de consciência – uma incapacidade de reconhecer essa natureza em todas as coisas e pessoas<sup>4</sup>.

O homem primitivo sempre teve uma participação mística com o mundo, enquanto para o homem moderno, esse relacionamento passou a ser, apenas, de forma meramente racional. Essa mudança de perspectiva altera significativamente os padrões comportamentais, tanto individuais quanto coletivo. O que vemos, portanto, é uma ilusória separação entre o homem moderno - pós-industrial - e a sua natureza ancestral e intuitiva. Seria como, se na evolução tudo houvesse se perdido e, ao invés do acúmulo das experiências o homem tivesse deixado parte de sua psique, além da história de todo o Universo, em algum “lixo”. Mas não é bem assim, não existe um “lixo”, houve, na verdade, um abandono e a própria negação dos instintos inconscientes. A parte esquecida ficou dissociada e, como uma “sombra” afeta, constantemente a maneira de pensar e agir do sujeito, podendo refletir em padrões de não-justiça.

A partir dessa diferenciação, percebem-se certas tendências do homem - seja o primitivo ou o racionalizado homem moderno - no sentido de existir uma convergência comportamental entre eles. A mente, por exemplo, é repleta de “fósseis vivos”, num dinamismo criativo, que nos molda e motiva a agir em todo instante, são os chamados Arquétipos por Jung. Nossa psique, 95% do tempo inconsciente, gera padrões energéticos que de nada se diferem dos nossos ancestrais das cavernas que agiam por uma vontade natural,

---

<sup>3</sup> BENJAMIN, Stewart. Documentário Kymatica, Tit. Orig. Kymatic. 84 min.(2009) - EUA

<sup>4</sup> SCHIMIDT, Daniel. Mundos Internos e Mundos Externos, Tit. Orig. Inner Worlds, Outer Worlds, (2012) 121 min. Canadá

como aprofundaremos no capítulo 3.

A humanidade, a propósito, ruma no caminho do desenvolvimento tecnológico e de uma inteligência puramente prática e mecânica, porém não somos puramente mecânicos, vivemos em um mundo formado por conflitos intuitivos e com cargas energéticas que nos moldam e transformam. Apesar disso, não se tem uma percepção valorativa dos contextos energético-espirituais presentes na arte em geral - nas danças, nos livros, na música, nos símbolos - mas, principalmente, na própria natureza, com seus movimentos e ciclos, suas formas, cores e estações. Esta natureza é encontrada, pelo homem, tanto na sua percepção externa (propriamente dita) quanto na interna (psique) da realidade. Observar os movimentos da natureza, dos astros e estrelas é estar conectado à busca do equilíbrio realizado pelo Cosmos, como um todo, que seria a própria Justiça do Universo. Além disso, é de se notar que a evolução ocorre, tão-somente, com o Todo, nada evolui de forma autônoma sem beneficiar o Cosmos, ou *kosmos*, de origem grega, que significa harmonia. Toda busca pelo equilíbrio é entendida como uma forma de Justiça.

o homem moderno é uma mistura de ceticismo e convicção científica com hábitos, ações, preconceitos e modos de sentir, oriundos da mente arcaica e inconsciente. Daí surge a dissociação: o homem racional que tem delírios “irracionais. (JUNG, 1998, p. 120)

Não obstante à suposta ruptura do direito positivo com o direito natural, a separação do homem com a natureza, é, na verdade, uma grande ilusão. Pois, por mais que se reprima, negue ou tente se afastar da carga sensitiva, atribuída aos instintos, intensificando a dualidade, mais ela terá resposta em forma de comportamentos e atitudes impensadas, pensamentos preconceituosos e sonhos indesejáveis. O homem percebe a realidade pela lente da dualidade, disso ele não pode fugir, pois está materializado entre as fronteiras do “bem e do mal”. Assim, a parte renegada, à sombra da psique, atua como uma balança, agindo de uma forma compensatória na parte consciente da mente dissociada, sendo esta ação realizada com descompensamento e desequilíbrio. Desta forma, compreendemos que para emitir decisões justas, os magistrados, devem antes de tudo, encontrar a justiça e, portanto, o equilíbrio interior para julgar.

Carl Gustav Jung, na tentativa de encontrar o equilíbrio entre os dois pólos da mente, consciente e inconsciente, cria o conceito de Individuação, que é a própria aproximação ao inconsciente feita pelo indivíduo de forma consciente. Isso, através de um processo de reflexão e análise dos sonhos, divagações e de momentos reflexivos, numa jornada rumo ao

Self (o eu - verdadeiro), para a assimilação da psique<sup>5</sup>. O pensamento filosófico instituído pela corrente grega dos estoicos apresenta um sistema ético-jurídico voltado para a racionalidade geral do lógos, produto de um direito natural que é voz da própria Natureza. Internamente, o homem pode compreender a vontade da natureza e conhecer todas as virtudes necessárias para se tornar um sábio, dentre estas a Justiça. "O progresso moral consiste na gradual adequação da vontade humana ao sumo bem indicado pela razão." (MATOS, 2009, p. 148).

### 1.3. Justiça, História e Mitologia

*Enquanto você continuar vendo as estrelas apenas como algo em cima de você, continuará sem o conhecimento.*<sup>6</sup>

Neste trabalho acadêmico de conclusão de curso, a par do que já foi dito, para uma Justiça na sua concepção primordial, entendemos que devemos dialogar com a história do direito, mas, também, com a da humanidade. Ao contrário do conceito de justiça mais comumente apresentado, que a entende como uma qualidade que se revela, apenas, em função da relação entre pessoas, ou seja, ela só pode ser verificada na conduta social, entendemos que a Justiça, na sua forma fundamental, é mais que um símbolo de distributividade ou retributividade, de fato, é um arquétipo do inconsciente coletivo, marcado na psique de cada homem<sup>7</sup>.

A Justiça, objeto da pesquisa de tantos filósofos e personagens de muitas obras mitológicas, sempre foi ligada a uma ideia de equilíbrio ou à busca constante de um momento harmonioso de equidade, há um consenso quanto a isso. Compreendendo esta categoria de equilíbrio a partir da simbologia da Balança, a qual sempre foi relacionada à Justiça. Percebe-se, no estudo do símbolo, que existe uma dualidade, que ela está unida e que a valoração de uma implica na desvalorização da outra, sempre há uma interdependência. A Justiça, como Balança, é este movimento de altos e baixos, a alternância dos opostos, a eterna tensão, primordialmente concebida, ela dialoga com a dinamicidade e não com a estaticidade, muitas

---

<sup>5</sup> A propósito escreve Jung: "O homem moderno não entende quanto o seu "racionalismo" o deixou à mercê do submundo psíquico(...)Ele perdeu a capacidade de reagir a ideias e símbolos arcaicos" (JUNG, 1998, p. 118). Conta o autor em "O Homem e seus símbolos" que a vida da humanidade em tempos modernos tem sido dominada apenas por uma Deusa, a Razão, que é a ilusão maior e mais trágica, em suas palavras, pois é com ela que "acreditamos ter conquistado a natureza". (JUNG, 1998, p. 128)

<sup>6</sup> Nietzsche. Disponível em: [http://pensador.uol.com.br/frases\\_filosoficas\\_nietzsche/4/](http://pensador.uol.com.br/frases_filosoficas_nietzsche/4/)

<sup>7</sup> Quando dizemos "Homem", queremos dizer Humanidade, a par dos direitos humanos igualitários de gênero. Homens e mulheres é o que quer se dizer, de fato.



vezes como é compreendida<sup>8</sup>. Um juízo justo deve partir desta perspectiva, perceber como acontecem naturalmente os movimentos pela busca do equilíbrio. Recentemente um juiz afirmou numa obra publicada pelo Ministério da Justiça:

O que o novo paradigma recobra é a visão de nossa união original com o cosmos. A natureza se revela como uma complexa teia de relação entre as várias partes de um todo unificado. É legítimo concluir, que as novas percepções oriundas das ciências fundamentais apontam que o universo inteiro funciona baseado em leis de harmonia e equilíbrio; ou de outro modo: por meio de justiça. Justiça não seria apenas uma virtude moral ou uma norma ética, mas um padrão cósmico; a maneira de ser do universo, que vem do próprio tecido da criação. (PENIDO, 2006, p. 12)

No apanhado geral da história é de se observar que as civilizações, antes de se formarem, são fundadas após o desenvolvimento de alguma formação mitológica. De certa forma é correto afirmar que as mitologias, como patriarcas, criam e dão a base cultural às civilizações (CAMPBELL, 1985-1986, p. 28). Além deste papel agregador da mitologia, capaz de reunir povos, ocorre, também, que nas culturas em geral, mesmo hoje em dia, através das religiões, a mitologia ressurgiu e acaba definindo padrões sociais e comportamentais, ainda que inconscientemente. Os mitos são os grandes fundadores de novas culturas.

Com o estudo do psiquiatra Carl Jung e do historiador Joseph Campbell<sup>9</sup> foi possível perceber que as mitologias têm muito em comum entre si, independentes da localização geográfica e temporal entre elas. Recontam, na maioria das vezes, as mesmas histórias, isso, pois partilhamos da mesma mente inconsciente, o Inconsciente Coletivo. Os símbolos usados são os mesmos, pois são frutos destes mesmos nódulos inconscientes. O mito, ainda, tem o condão de aproximar o indivíduo da sua psique arcaica, pois é fruto dela. Os símbolos, nas palavras de Carl Jung,

têm sua origem em um espírito que não é bem humano, e sim um sopro da natureza... Se quisermos caracterizar esse espírito, vamos nos aproximar bem melhor dele na esfera das mitologias antigas e nas fábulas primitivas das florestas do que na consciência do mundo moderno (JUNG, 1998, p. 58)

---

<sup>8</sup> Após crimes com grande repercussão, muitas vezes, se vê passeatas e aglomerações em frente a Tribunais de Justiça pedindo justiça. Mas, afinal, qual justiça será essa?

<sup>9</sup> Escritor norte-americano nascido em 1904, Joseph Campbell é considerado uma das maiores pesquisas em mitologia comparada e religião. Diz em “O Poder do Mito” que: “As funções básicas do mito são a de abrir o mundo consciente para a dimensão do mistério. Além disso, surge também, o aspecto cosmológico do mito, no sentido de que o próprio Universo é um mistério (e um símbolo), que se manifesta no todo. Cada particularidade do Universo se torna uma imagem sagrada e simbólica, quando expressada pelo mito.” (CAMPBELL, 1985-1986, p. 44)

A mente, quando explora um símbolo, é conduzida a ideias que estão fora do alcance da sua razão, pois pertencentes a um nível arquetípico, os símbolos trazem em si uma carga energética ímpar à razão, com conceitos que não se pode alcançar conscientemente<sup>10</sup>. Acreditar ser filho de deus, do sol, da lua, de algum animal específico, os chamados clãs ou totens, é dar um significado à vida individual. É uma forma de expandir a limitada experiência da vida sensorial, ultrapassando perspectivas racionais, tornando o Homem mais completo. “Essa vida com mais significação eleva o Homem além do simples desejo de ganhar e gastar” (JUNG, 1998, p. 111-112). Apesar disto, na atualidade, grande parte da população mundial vê as histórias, com cunho mitológico e simbólico, apenas como fábulas populares, reduzindo-as a um caráter superficialmente imaginativo, com valor apenas para o entretenimento infantil. Perdeu-se o interesse sobre uma matéria que dá base à psique humana e à maneira como se formam os comportamentos individuais e sociais.

Supostamente o homem se libertou das superstições, porém neste processo ele perdeu seus valores espirituais em escala alarmante. Essa dissociação e desintegração, tanto moral quanto espiritual, é paga pela sociedade com o alto preço de desorientação social. (JUNG, 1998, p. 118)

O estudo jurídico brasileiro é descendente do Direito Romano e é inegável a influência da mitologia greco-romana no desenvolvimento da dogmática jurídica nacional. Desta forma, as histórias de deuses, como Nêmesis, Themis, Dice, Astréia, Justitia, Maat, Hermafrodito, dentre outros, têm muita relevância e espaço no estudo desta ciência.

Assim, ao tentar compreender a Justiça em sua forma arquetípica devemos analisar a simbologia das histórias mitológicas em diferentes civilizações da História, referentes à tentativa de equilíbrio e harmonia. Tomando a união ou assimilação das dualidades como uma regra de todo o Universo e do próprio inconsciente coletivo, para provar o arquétipo da Justiça é necessário trabalhar com os mitos e símbolos referentes a ela, gerados por esta

---

<sup>10</sup> Como a noção de um ser divino, do amor maternal, do senso de justiça, do pai-nosso, da sabedoria, dentre outras. Estes símbolos, como reflexos do inconsciente, são representações que possuem uma enorme carga de conhecimento, reinando a “lei da analogia”, seja por formas geométricas simples, cores e números ou por elementos e objetos, manufaturados e naturais, comuns em todas as formas da vida social humana, como a espada, o cajado, a balança, a roda, a casa, o falo, a árvore, a cobra, o pássaro, a floresta, o rio, o mar, a chuva e o trovão, como exemplos.

psique arcaica<sup>11</sup>. Como se verá ao longo deste trabalho, a assimilação dos opostos, no sentido de união, como o Casamento Real Alquímico, por exemplo, são formas mitológicas de se compreender a Justiça em um nível arquetípico.

Negar valor às mitologias é ser um personagem vivo dos mitos, entretanto, sem tomar realidade disso. É viver uma vida inteira agindo de forma inconsciente e tomando atitudes que muitas vezes não compreende, pois sequer imagina ter cunho essencialmente mitológico e arquetípico. “O papel dos símbolos religiosos é dar significação à vida do Homem” (JUNG, 1998, p. 111).

---

<sup>11</sup> "Pelo que já foi dito, podemos perceber a realização da justiça como uma operação simbólica que leva ao equilíbrio, à harmonia, mediante a transmutação da Individualidade humana, e não como um ato externo de conciliação." (PENIDO, p. 18-19)

## 2 JUSNATURALISMO E A VIDA EM CONFORMIDADE NO PÓRTICO

### 2.1. O Estoicismo e a virtude

A prisão não são as grades e a liberdade não é a rua. Existem homens livres, na prisão, e homens presos, na rua. É uma questão de consciência.<sup>12</sup>

O Estoicismo ou *stoá* foi uma corrente filosófica que surgiu na Grécia no século III, a.C., e se estendeu durante o domínio do Império Romano. Foi fundada por Zenon de Citera que, ao transferir-se para Atenas, reunia-se com seus discípulos na *Stoa Poikile*, uma galeria (ou Pórtico), daí os nomes estoicos e estoicismo. A corrente da *stoá* teve papel muito importante no desenvolvimento inicial da filosofia romana. De forma plural e consistente tomou o homem como objeto de pesquisa voltado, particularmente, à natureza, criando-se princípios e regras para o indivíduo atingir a virtuosidade, contrário às paixões, apesar de, sempre existentes.

Andityas Soares de M. C. Matos, em seu livro “O Estoicismo Imperial como Momento da Ideia de Justiça - Universalismo, Liberdade e Igualdade no Discurso da Stoá em Roma” escreve que o Estoicismo é uma corrente filosófica da totalidade. Iniciada na Grécia, ela tinha a realidade como

tudo que está em permanente conexão e se mistura sem confusão, não havendo fatos isolados que não repercuta no sistema como totalidade. Todo o sistema é uno e trabalha em conexão, em conjunto, o inferior repete o sistema superior (MATOS, 2009, p. 71-72).

Com o processo de adaptação e evolução, dentro da sociedade romana, o autor analisa o domínio marcante desta filosofia neste Grande Império, inclusive, um dos principais filósofos deste período foi o próprio Imperador de Roma, Marco Aurélio, o “Rei-Filósofo”. No período grego, entretanto, o Pórtico tinha suas bases na busca da compreensão, pelo homem, da generalidade racional, fruto do Lógos. O sábio estoico está na procura do progresso moral e da verdadeira felicidade. Para Zenão, criador da Escola e que teve suas proposições posteriormente esclarecidas por seu discípulo Crisipo, era necessário nesta jornada o viver em conformidade com a natureza que, de uma maneira racional, toma a virtude como a única realidade para o homem. “Isso se torna possível para Zenão pois para ele

---

<sup>12</sup> Neimar de Barros em *O Deus Negro* de 1973, página 26.

a natureza nos conduz à virtude" (MATOS, 2009, p. 20-21). Os estoicos, visando a figura do sábio, acreditavam que a generalidade racional da natureza se manifestava na forma de virtudes e esta seria o “bem supremo”, independente do mundo exterior. O homem consegue suprir todas as suas obrigações com a natureza internamente, desde que compreenda o lógos – ideia de homologia, pacto entre deus e o homem (MATOS, 2009, p. 132).

"A virtude equivale ao bem supremo, sendo desejável e boa em si e por si mesma, e não devido ao medo ou à esperança de algo exterior." (MATOS, 2009, p. 132). Na arte de ser um virtuoso, ensinam os filósofos em destaque que são quatro as virtudes básicas (MATOS, 2009, p. 137) apreendidas com a natureza do cosmos: a temperança, a coragem, a justiça e, por último, a prudência. A virtude da justiça surge quando requer distribuição ou as tomadas de decisão (MATOS, 2009, p. 133), além disso, a própria coragem pode representar justiça, de fato, todas elas estão unidas (MATOS, 2009, p. 136) e o homem só se torna sábio quando pratica todas elas e de forma constante, a trajetória é em rumo ao aperfeiçoamento do indivíduo (MATOS, 2009, p. 54). A ética da *stoá* não quer obrigar o indivíduo a viver sob o domínio de leis que lhe são exteriores, isso, pois o crescimento do sujeito está radicado na percepção subjetiva à sua filiação natural, o cosmos, como a grande fonte legisladora (MATOS, 2009, p. 249), exigindo o cumprimento da lei da razão (MATOS, 2009, p. 127), o verdadeiro mandamento normativo da natureza.

O homem, entretanto, está fadado a viver sob o império das paixões, essencialmente da dor e do prazer. Elas são fruto da matéria, da presença animalesca dos instintos humanos e, portanto, da dualidade existente. As paixões se assemelham muito aos pecados, para os cristãos, e ao desejo na tradição Cabalista. Daí, a necessidade de se apreender as virtudes e a lei natural. A verdadeira função da filosofia estoíca é a terapia das paixões (MATOS, 2009, p. 54) na vida concreta do indivíduo, com o objetivo único de se encontrar a verdadeira felicidade. Deve-se ressaltar, também, que os males, dores, injustiças e sofrimentos oriundos da percepção externa do cotidiano, ou seja, recortada do Universo, não podem influenciar na jornada rumo à felicidade. O sábio consegue lidar com as paixões, pois as rejeita de forma consciente (MATOS, 2009, p. 145-146). Ao invés de ter medo da dor ou do prazer, ele se utiliza da coragem para percebê-los e, conseqüentemente, superá-los, num processo de interiorização, não ficando dependente delas. “O sábio treme, mas jamais é presa do temor” (MATOS, 2009, p. 150).

A referente escola filosófica leciona que o sábio estoico se retira ao seu interior quando é necessário resistir às paixões. Para se manter equilibrado, seguindo os mandamentos

da natureza, ele utiliza da apatia e da ataraxia (MATOS, 2009, p. 133) - “A apatia e a ataraxia estoicas não são formas de se evadir do mundo, mas sim métodos para a obtenção da estabilidade da alma diante da multiplicidade factual e da ameaça constante das paixões.” (MATOS, 2009, p. 151) - A busca da estabilidade interior, dos estoicos, é a própria ânsia de Justiça e Liberdade em suas formas primordiais e naturais. A *stoá*, seguindo a lei natural, ensina que o indivíduo deve suportar e assimilar a “ameaça constante das paixões”, que seriam além dos desejos, as circunstâncias trágicas e injustas da vida. É neste sentido, também, que se compreende a Justiça como arquétipo, o tribunal superior do indivíduo deve ser o seu próprio interior.

A figura do sábio tem papel central na filosofia do Pórtico, mas não apenas para eles. A figura do sábio é, pois, um arquétipo do Inconsciente Coletivo, desenvolvido no capítulo 3, neste sentido, é uma imagem paradigmática inalcançável, porém, muito importante no caminho do crescimento pessoal rumo à verdadeira felicidade. Da mesma maneira afirma Andityas, "Gazolla ensina que o progresso está no exercício rumo à virtude e não na virtude em si, inalcançável para o homem comum" (MATOS, 2009, p. 145). Esta concepção arquetípica de sábio permite fazermos uma alusão ao conceito de Justiça trabalhado nesta tese de conclusão de curso. A Justiça, em sua forma primordial, também não pode ser realizada em sua plenitude, ela é o fim a ser buscado, mas o equilíbrio deve ser encontrado no próprio progresso. A batalha para unir as justiças e injustiças em um processo assimilativo, da realidade externa com a interior, é realizada diuturnamente e que dura a vida toda, pois é de certa forma, a tentativa de compreender certos por quês que fogem do nosso entendimento consciente. (MATOS, 2009, p. 149).

Tércio Sampaio Júnior, em sua obra “Ciência do Direito”, conceitua que “A Ciência do Direito, nos quadros do jusnaturalismo, (...), que tentou aperfeiçoar, ao dar-lhe a qualidade de sistema, que se constrói a partir de premissas cuja validade repousa na sua generalidade racional.” (FERRAZ JÚNIOR, 1980, p. 10) Definir e estudar o jusnaturalismo de forma dogmática e com desejo apenas utilitarista é escapar de sua perfeita compreensão, sendo ele o IDEAL a ser buscado pelo aplicador do direito, o princípio mor. Este sistema jurídico, talvez o primeiro a surgir como definidor de padrões comportamentais, se relaciona intrinsecamente, ao nosso ver, com os arquétipos<sup>13</sup> do inconsciente coletivo. A generalidade racional, definida

---

<sup>13</sup> “Seguir a natureza é obedecer ao comando abstrato da razão e à emanação físico-natural do Cosmos.” (MATOS, 2009, p. 245/246).

pelo doutrinador Tércio Sampaio, na *stoá*, se dá com a inteligência do *lógos*. A *stoá* é uma filosofia da totalidade e uma das principais correntes jusnaturalista do Direito. “Guido Fassò, (MATOS, 2009, p. 244) na sua “Storia Della Filosofia deu Diritto”, diz que o Estoicismo foi uma das “mais altas expressões” do pensamento jusnaturalista. Para os estoicos todos os homens são plenamente capazes de ter diante de si a *Phýsis*, que é a lei natural, porém está no âmbito da liberdade humana segui-la ou não. O que importa ao estoicismo é que o homem, “feito com a mesma matéria dos Deuses” (MATOS, 2009, p. 246/247), pode se comunicar com a inteligência divina do *lógos*. “Os estoicos sustentam que o verdadeiro comando jurídico (legítimo) nasce sempre da natureza - que é também Deus e Razão (universal) - e da interioridade de cada homem que carrega o *lógos* dentro de si” (MATOS, 2009, p. 245). A natureza deve ser o legislador, agindo pelo *lógos*. (MATOS, 2009, p. 249).

A razão universal gera a *Phýsis* que é a fonte primária de normatividade. Aqui nasce a crítica que vai por fim à corrente jusnaturalista no fim da idade média e início da moderna. Devido à dificuldade ontológica de trazer para a racionalidade consciente e traduzir de uma maneira correta a lei natural, o homem falha e parte para um desenvolvimento puramente juspositivista. A defesa em prol do jusnaturalismo não é o de negar o positivismo e a ideologia da codificação, mas sim, o de unir esses conceitos, como bem propõe este trabalho e a filosofia do Pórtico. A lei escrita, por mais que codificada, deve ser fruto de uma introspecção legislativa, no sentido de compreender a dualidade natural da vida, para aproximar cada vez mais a *díade* *Nómos* e *Phýsis*. Porém, é oportuno dizer que a corrente juspositivista que dominou o pensamento jurídico na modernidade até os dias atuais, trilhou um caminho de afastamento da *Phýsis* e da racionalidade do *lógos*. Fez isso quando passou a negar as esferas não-positivas e transcendentais da vida, buscando se auto-regular de uma maneira “fetichista” e “auto-suficiente”. Esqueceu-se da complementaridade necessária da inteligência sensível e intuitiva, visto que a mera presença do *lógos* já basta para determinar a conduta do homem, falta uma maior reconciliação dele com a sua origem natural. A lei humana é particular e contingente, vale mais ao opressor do que ao oprimido, e necessita da lei natural, esta universal, como fundamento de validade.

De certa maneira, é correto afirmar que os estoicos inauguraram o humanismo (MATOS, 2009, p. 395) e foram, ainda, quem, pela primeira vez pensou a igualdade e a liberdade como atributos universais do homem, sendo este também universal. A *stoá* é uma corrente filosófica pós-Platão e Aristóteles e se desenvolveu durante o período helenístico,

nascente no contato entre ocidente com oriente. Com isso, “para a stoá, lei natural e justiça são uma única realidade” (MATOS, 2009, p. 337) igualmente, sendo uma filosofia da totalidade, há uma união entre as três realidades existentes para o Pórtico, sendo a física, a ética e a lógica. Na ética, a justiça tem uma característica Universal, pois o homem justo é aquele que se conecta a lei natural regente do todo e que “expressa o equilíbrio do lógos”. Escreve Andityas Soares, que a harmonia fruto da justiça é conferida conforme a participação do homem com a natureza e que “Trata-se integrar racionalmente o particular (...) no universal, ou seja, na justiça total do lógos.” (MATOS, 2009, p. 336-337). O Pórtico ensina, na figura do sábio Crisipo, que a justiça não deve ser compreendida como uma lei ou convenção, mas sim, como uma vontade da natureza, porém ela também pode se materializar na forma de virtude e como a batalha ética, segunda a *stoá*, se dá dentro do indivíduo, a interiorização e a apatia são de grande importância na lógica estoica, como uma forma não apaixonada (MATOS, 2009, p. 397) de se viver em prol do equilíbrio harmonioso. A virtude deve ser encarada como um caminho a ser seguido.

O Estoicismo busca a união dos opostos (que não se contradizem) como processo assimilatório da realidade dual. Para eles não há diferenças entre o ser e dever ser. Esta assimilação é consequência da necessária união, para o stoá, entre o humano e o divino, aproximando-se com a racionalidade da natureza que põe o homem de frente com a *Phýsis*, que é a própria lei divina e natural, fruto da razão universal. Com isso, há a necessidade de atribuir razão humana, com o escopo defensável da certeza e segurança, a essa lei natural, surge a lei dos homens, o *Nómos*. Essa ideologia codificadora criada pelo homem, se dá através de uma inteligência sensível e intuitiva, por mais que falhe na exegese, ela é, também, oriunda da vontade divina. Pregam os estoicos que deve haver união e aproximação do *Nómos* com a *Phýsis* do direito posto com o direito natural, são, antes de tudo, complementares para o pensamento estoico. (MATOS, 2009, p. 242-245)

## **2.2. Viver em conformidade com a natureza, no stoá.**

*Uma verdadeira estátua da Introspecção*<sup>14</sup>

A humanidade se afasta cada vez mais de sua origem e da razão que predominantemente a domina. Quanto mais o homem negar suas obrigações com a natureza, criadora dele, mais ele se afasta da perfeição. As imperfeições do homem são insuperáveis,

---

<sup>14</sup> Neimar de Barros em *O Deus Negro* de 1973, página 24.



mas é dever do indivíduo lutar para viver uma vida em conformidade com a natureza e em equilíbrio com o todo. Assim ensinavam os sábios estoicos.

A ordem do mundo para o pensamento no Pórtico implica restrições e caprichos que não atraem a humanidade. A dualidade existe, há a felicidade, mas, também, a tristeza<sup>15</sup>. A filosofia não tem o intuito de dar conforto à vida do indivíduo, ao contrário, quer, muitas vezes, trazer o homem para certas batalhas ideológicas até então desconhecidas (MATOS, 2009, p. 154). A par disso, a vida em conformidade com a natureza requer um movimento de interiorização do sujeito. Essa apatia estóica significa, ao contrário do que se pensa, uma verdadeira ação que objetiva uma mudança de perspectiva em relação à realidade. Portanto, para compreender os mandamentos do lógos é importante adequar a visão externa da vida com a visão interna (MATOS, 2009, p. 128-129). “Todo conhecimento do Stoá tem por objetivo a ação, motivo pelo qual o estoico não se retira à sua interioridade por mero capricho” (MATOS, 2009, p. 151)

A racionalidade humana é um atributo que muitas vezes é tido como um diferencial da espécie humana e o que o separa do resto da natureza, porém, deve-se entender, primordialmente, que esta característica é necessariamente compartilhada pelo Cosmos. A natureza que se refere o estoicismo grego faz referencia tanto à natureza humana quanto à natureza em geral. O estoicismo é uma filosofia da totalidade (MATOS, 2009, p. 154). O homem é uma criação gerada pela Terra, como um organismo vivo, e se, hoje, ele tem olhos, se usa a boca para falar e se é coroado pela racionalidade, os olhos, as palavras e a razão são, necessariamente, elementos da própria Terra. Como visto, o saber estoico se baseia no conhecimento da razão natural e esse saber reside numa filosofia de interiorização do eu (MATOS, 2009, p. 128-129). Tem muitas similaridades com o processo de Individuação proposto pelo psiquiatra Carl Jung, matéria do capítulo 5.

Na jornada estóica, o homem precisa desconsiderar os bens e males exteriores, pois, são ilusórios. O sofrimento existe por reações geradas pelo próprio indivíduo, mesmo que seja um reflexo da realidade, mas o sábio consegue se libertar dos acontecimentos externos ao buscar sua interioridade, ele pode resolver todos os seus problemas consigo mesmo. A apatia surge neste contexto como uma aceitação natural dos acontecimentos, porém, será natural apenas se houver um esforço reflexivo do sujeito na tentativa de conciliação dos fatos com a cosmologia do universo que é, em si, harmônica. A apatia no stoá em nada se relaciona com

---

<sup>15</sup> No CD “Ministrinho – Nosso Ídolo” (Funalfa), do grande sambista juiz-forano Armando Toschi (1914-1996), na música “Por que Zombas” (1962), de Biné, canta-se: “o riso é a véspera da tristeza”, já dizia o poeta.

passividade ou fuga, ao contrário, há uma realização ativa e de confronto, porém, na perspectiva subjetiva. (MATOS, 2009, p. 130)

Andityas Soares ressalta, no seu livro, a consideração de Nietzsche, que, “(...)”, por exemplo, entende que os estoicos são homens comprometidos em um processo de autodomação.” (MATOS, 2009, p. 145). O aprendizado estoico se realiza com um processo de autodomação daquele que progride. Diziam os sábios que o peregrino deve realizar uma contabilidade moral (MATOS, 2009, p. 148) na busca da transformação existencial na vida do indivíduo<sup>16</sup>. Esse exame de consciência é preteritamente realizado, pois o homem tem o dever de conhecer, antes de tudo, a si mesmo. Só assim será possível a compreensão do Universo como um todo e da razão geral das coisas. O agir em conformidade exige a compreensão do que realmente se é, conhecer-se.

O aforismo “conhece-te ti mesmo” é um dos termos mais antigos, com referências no antigo Egito, onde há citações em ruínas de “O corpo é a casa de Deus”, e foi, ainda, muitas vezes utilizado por filósofos gregos, como Platão, nos diálogos de Sócrates, Pitágoras, Heráclito, Tales de Mileto e é uma das máximas escritas em Delfos no Templo de Apolo<sup>17</sup>. Da mesma forma, o poeta grego Píndoro de Cinoscefale e o filósofo alemão Friedrich Nietzsche também deixaram a expressão “torna-te o que tu és” como um legado na busca da natureza no homem<sup>18</sup>.

Finalmente, encontrar a generalidade racional da natureza requer, segundo o Pórtico, travar uma batalha consigo mesmo de uma forma meditativa, assimilando a realidade externa em contraposição com a interna. O homem deve ser o Juiz de si e ficar sempre atento ao seu próprio caráter e às suas posições tomadas. Dessa forma, entende-se que os vícios, frutos das paixões, não de ser mais facilmente suportados. “Sêneca: no que melhorei hoje? A que paixões e males consegui resistir? Estou progredindo moralmente?” (MATOS, 2009, p. 148) O grande filósofo Cícero, em “Os Deveres” diz que o homem deve se comportar de forma que não se oponha às leis universais da natureza e, ainda, que “(...) cada um esteja, pois, ciente do seu próprio caráter e se revele um juiz criterioso das suas próprias qualidades e defeitos...” (MATOS, 2009, p. 149).

---

<sup>16</sup> "Ao seu turno, Sartre descreve o estoicismo como uma filosofia que pretende realizar uma transformação existencial total na vida do indivíduo." (MATOS, 2009, p. 145)

<sup>17</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Conhece-te\\_a\\_tu\\_mesmo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Conhece-te_a_tu_mesmo)

<sup>18</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich\\_Nietzsche](http://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Nietzsche) e <http://www.filosofiaclinicasc.com.br/artigo/torna-te-o-que-es-88>

### 3 A JUSTIÇA COMO ARQUÉTIPO DO INCONSCIENTE COLETIVO

#### 3.1. Carl Jung: Inconsciente Coletivo e seus arquétipos

*Muitos artistas, filósofos e mesmo cientistas devem suas melhores ideias a aspirações nascidas no súbito do inconsciente.*<sup>19</sup>

Carl Gustav Jung foi um grande entusiasta da pesquisa psicológica, nasceu em Kesswil, Suíça, em 1875, criou a Escola da Psicologia Analítica e reapareceu, na modernidade, com conceitos mitológico-filosóficos que haviam perdido muita evidência na história humana. Como um dos maiores expoentes no campo da psiquiatria e psicoterapia, Carl Jung, analisando seus inúmeros pacientes, nas profundezas de suas psiques, encontrou muitos padrões comportamentais que, fruto do inconsciente, agem na mente humana como um reflexo autônomo. “Inclino-me a pensar que, geralmente, as coisas eram feitas e só depois de muito tempo é que alguém indagava o porquê.” (JUNG, 1998, p. 91)

A partir disso, desenvolveu, dentro da ciência da mente humana, os modos pelos quais o inconsciente atua e molda o comportamento do ser humano. Com o estudo de sonhos e desenhos de seus pacientes, passou a se dedicar às formas pelas quais a mente inconsciente se expressa, se deparando, assim, com os conceitos de Inconsciente Coletivo e Arquétipos. Isso se deu após constatar que muitos tinham alucinações e sonhos individuais que eram em grande parte similares aos grandes temas culturais e mitológicos universais, ainda mais quando o sujeito nada conhecia de mitologias. De igual modo, os desenhos analisados, muitas vezes de crianças, continham símbolos adotados por religiões e culturas espalhadas por todo o mundo. Nesta toada, Jung aprofundou sua pesquisa no desenvolvimento da teoria de que além do consciente e inconsciente pessoal, estudo iniciado por Sigmund Freud existiria, também, uma zona psíquica a qual seria a fonte energética e criadora, no indivíduo, de figuras, símbolos e imagens, que com uma matriz arquetípica dão caráter universal ao inconsciente, sendo ele, portanto, coletivo. Este se expressa por símbolos e em formatos mitológicos.

Sigmund Freud havia utilizado do conceito de “resíduos arcaicos” do inconsciente, que seriam conteúdos suprimidos ao longo da história, como recalques pessoais, tidos por ele, particularmente, em relação à morte e ao sexo. Entretanto, como um “resíduo”, ele o via mais como um lixo de pensamentos indesejáveis do que como um nódulo criativo da psique inconsciente. Jung, após o rompimento com Freud, enxergou na sexualidade um papel

---

<sup>19</sup> Jung em *O homem e seus símbolos*, p. 42.

secundário. Acreditava que, em primeiro plano, estava a história da humanidade e de todo o universo como agentes ativos e dinâmicos da psique, além, claro, “das circunstâncias sociais, problemas de adaptação, opressão pelos momentos mágicos da vida e exigências de prestígio” (JUNG, 2012, P. 189). Jung ensina que a psique já nasce carregada de imagens coletivas, a consciência racionalizada, por outro lado, é originalmente um espaço em branco e nasce pronta para receber a influência do mundo individualmente concebido pelos cinco sentidos, seja consciente ou inconscientemente<sup>20</sup>.

Porém, para o psiquiatra suíço, o inconsciente não é um fruto apenas das experiências individuais reprimidas, que foram se sedimentando até ficar inacessível ao consciente, escondida no inconsciente pessoal, como via Freud. Ao contrário, que parte desse inconsciente é, na verdade, impessoal, coletivo, inato e "uma experiência imemorial da humanidade". Há uma mente criativa e inconsciente e é importante compreender como as pessoas influenciam e são influenciadas por tudo e todos à sua volta. O inconsciente pessoal, desenvolvido inicialmente por Freud, é programado para captar cada situação e sinal, por mínimo que seja, do ambiente sem que percebamos. A neurociência, desenvolvida a partir de muitos conceitos criados por Freud e Jung, tem provado que muitas atitudes humanas estão fora do campo consciente do homem. O inconsciente tem sido posto como grande responsável pela criação de padrões comportamentais e, quando se diz inconsciente, neste caso, refere-se tanto ao pessoal quanto ao coletivo. Especialistas afirmam que apenas 5% do tempo a mente esta consciente e os outros 95% ela funciona inconscientemente<sup>21</sup>.

Da mesma forma que o biólogo faz uma anatomia comparada do corpo, o psiquiatra deve realizar a anatomia comparada da mente. O tronco encefálico, por exemplo, é a parte mais arcaica do cérebro humano, ele está presente também nos répteis e anfíbios e controla as

---

<sup>20</sup> "Enquanto a teoria freudiana vê o inconsciente unicamente como um depósito para tudo aquilo que à personalidade consciente parece incômodo ou indesejável, ou ainda inútil Jung diferencia um inconsciente pessoal de um impessoal ou coletivo. O inconsciente pessoal contém "todas as aquisições da existência pessoal, tudo aquilo, portanto, que foi esquecido, reprimido, e percebido, pensado e sentido subliminarmente". Ao lado desses conteúdos inconscientes pessoais há, todavia, outros conteúdos que não se originam de conteúdos pessoais, e sim totalmente das possibilidades herdadas do funcionamento psíquico, ou seja, da estrutura cerebral herdada. Estes são os contextos mitológicos, os motivos e imagens que podem surgir novamente a qualquer momento e em toda parte sem tradição histórica ou migração" (JUNG; EMMA, 1990, p. 15).

<sup>21</sup> "BBC fez essa pergunta a sete dos maiores experts do mundo em cérebro e cognição, de quatro grandes universidades (Oxford, Montreal, Columbia e Londres). Cada um deles deu seu palpite - sim, palpite, pois a ciência ainda está longe de ter um catálogo completo dos processos cerebrais. Pelas estimativas dos especialistas, a consciência ocupa no máximo 5% do cérebro. Todo o resto, 95%, é o reino do inconsciente." (SUPERINTERESSANTE, Revista, <http://super.abril.com.br/ciencia/mundo-secreto-inconsciente-741950.shtml>).

funções vitais como batimentos cardíacos e a respiração. Esta é uma anatomia comparada do corpo, uma anatomia comparada da mente se realiza, segundo Carl Jung, através da análise e meditação sobre os símbolos presentes em sonhos, divagações, reflexões profundas ou contemplações, devaneios, digressões e delírios pessoais, principalmente quando relacionados aos temas presentes nas grandes mitologias das antigas civilizações.

Carl Jung passou a aprofundar seus estudos em mitologia, arqueologia e religião, percebendo que as ideias primordiais contadas nessas histórias eram muito semelhantes entre si, assim como, certos padrões comportamentais dos seus pacientes e de todos em geral, inclusive dele. De igual modo, rituais de povos nativos, em continentes diferentes, possuíam símbolos e ritos muito parecidos. A história contada, no seu valor arquetípico, é, geralmente, a mesma, o que varia é a forma com que ela é descrita em cada sociedade, mantendo, ainda assim, muitas semelhanças entre os símbolos utilizados. São inúmeras as correlações existentes entre diferentes culturas que não tinham contato entre si, devido à geografia ou ao período histórico. Um dos fios comuns que conectam a maioria das mitologias tem suas raízes na observação das estrelas, como a história recorrente da batalha nos céus, a queda de “um ser de Luz” com um conseqüente dilúvio, presente tanto na mitologia grega, quanto na mitologia suméria.

O inconsciente deixou de ser um monopólio do indivíduo, produto único das experiências individuais, como acreditava Freud, passou a ser a soma da força da experiência coletiva, formada por todas as pessoas, vivas ou antepassadas e, também, pela natureza, figura central na história da evolução da humanidade. O Inconsciente Coletivo como uma “(...) psique, infinitamente antiga, é a base da nossa mente, assim como a estrutura do nosso corpo se fundamenta no molde anatômico dos mamíferos em geral” (JUNG, 1998, p. 82).

Num passado distante, essa mente originalmente arcaica, era toda a personalidade do homem, que à medida da evolução, desenvolveu também a consciência individual, o que culminou numa dualidade dentro da própria psique. O inconsciente<sup>22</sup>, assim, é como um “fóssil vivo”, ou seja, um reservatório da energia psíquica concentrada, advinda da mente primitiva (JUNG, 1998, p. 124).

---

<sup>22</sup> A psique do homem é carregada e tem história própria possuindo traços marcantes, resultado do longo processo evolutivo. O medo é, talvez, a forma sensível-intuitiva mais arcaica e a que menos se alterou na evolução da humanidade. No escuro, o homem sente o medo lhe correr a espinha como sentia seus antepassados nas florestas e cavernas. O medo, como um instinto inconsciente, age para a preservação da espécie e tem o condão, ainda hoje, de alterar comportamentos individuais e sociais, mesmo o homem não estando nas florestas e cavernas.

Nesta toada, outro fator de extrema importância, captado por Jung no caminho rumo ao Inconsciente Coletivo e seus agentes, os Arquétipos, é a observação dos sonhos e delírios individuais, tanto os tidos por ele quanto por seus pacientes. Para o ilustre psiquiatra, os sonhos são um dos meios de se chegar ao inconsciente, pois a maneira com que eles se manifestam possui uma lógica diferente da realidade como se conhece, o sonho é mais poético. Os símbolos aparecem com mais força e mais dinamicidade durante o sono, pois a “porta” entre consciente e inconsciente fica entreaberta e, assim, o Inconsciente Coletivo se manifesta de forma mais evidente. “Nos sonhos, os conceitos, como conhecemos, podem expressar o seu sentido inconsciente, muito diferente das associações lógico-rationais da psique consciente” (JUNG, 1998, p. 48)

Carl Jung ensina em “O Homem e seus símbolos” que, mesmo sendo uma tarefa árdua, o que falta ao indivíduo é trazer as imagens inconscientes ao consciente carregado-as de emoção e, conseqüente, numinosidade, ou energia psíquica (JUNG, 1998 p. 122). Esse processo se faz a partir da percepção do arquétipo. Explica o autor que os povos primitivos, quando associavam os elementos da natureza (sol, chuva, vento, fogo, ar, lua, trovão, raio...) a um deus ou herói estavam demonstrando a figura do arquétipo, sendo esses elementos símbolos com conotação arquetípica. Os arquétipos<sup>23</sup> são, portanto, conteúdos com uma força universalmente predominante e elemento chave da psique coletiva. São os meios pelo qual se expressa o inconsciente coletivo. Deve-se atentar, porém, que o termo arquétipo frequentemente é mal compreendido, pois ele não é diretamente os símbolos ou motivos mitológicos definidos. Na realidade, estas imagens simbólicas são apenas representações conscientes do arquétipo. A interpretação em nível arquetípico se dá de forma inconsciente ou menos consciente. Assim, neste trabalho acadêmico, o arquétipo da Justiça, seria uma tendência, da mente inconsciente do homem, em formar símbolos ligados à busca do equilíbrio e a padrões harmônicos. Quando essa energia, originalmente em estado potencial, se atualiza e toma forma, teremos, então, a imagem simbólica do arquétipo. Não podemos denominar essa imagem de arquétipo, pois o ele é unicamente uma série de analogias inconscientes.

---

<sup>23</sup> As histórias dos deuses, heróis e musas são expressões autênticas do inconsciente coletivo. Muitas vezes estes símbolos, com conotação arquetípica, se repetem de formas idênticas em sonhos e mitos: a cobra, o deus-sol, a morte, a ressurreição e transcendência, o espírito feminino em oposição ao masculino, dentre outros. As sagradas escrituras com histórias com fundo mitológico são formas arquetípicas que representam uma fonte de influência psíquica em cada um.

Os símbolos<sup>24</sup> são criações do arquétipo, por isso, eles carregam em si valores cabíveis a toda a humanidade em qualquer lugar e tempo<sup>25</sup>. Não obstante, presume-se a força da coletividade, como soma de todas as individualidades, na construção do inconsciente coletivo, sendo este a aquisição e acúmulo das experiências vividas pela totalidade das formas de captação sensível, formando, assim, o próprio conhecimento humano. O arquétipo se desenvolve com um processo dinâmico de associações inconscientes e conscientes no intelecto. Ele exige uma forma sensível de captação, pois é intangível e se reflete em imagens, mas não as são. Neste diapasão, a reflexão e meditação sobre as imagens e símbolos, desde que carregadas de numinosidade, trazem benefícios para o sujeito, pois o cura da dissociação.

“A mente também evolui, e alguns conteúdos do inconsciente do homem moderno parece-se com produtos da mente primitiva. Esses produtos arcaicos é o que Jung chamava de Arquétipos” (JUNG, 1998 p. 81). Estas associações geradas, como histórias com cunho mitológico e fábulas florestais, podem ser representações de inúmeros arquétipos<sup>26</sup> como o do Homem sábio, ou da “Grande-Mãe”, do “Pai de Todos”, ou “Pai-Nosso”, do guerreiro, da iniciação, da morte, do renascimento, do sábio dentre outros. A intuição é uma das formas de expressão da psique coletiva e, assim como as outras mensagens que nos chegam do inconsciente, ela, também, é uma rua sob neblina e é necessária, mais do que tudo, paciência, persistência e visão aguçada, alçada somente com a prática.

Por fim, tomando a Justiça como um nódulo energético do inconsciente coletivo, ou seja, um arquétipo, percebe-se o quanto ela nos influencia e de que maneira podemos lidar com ela sem gerar nenhuma sombra causadora de fragmentações, compreendendo, assim, como age o arquétipo da Justiça para evitar conteúdos reprimidos ou descurados, causadores de desequilíbrios. (JUNG, 1998, p. 98)

---

<sup>24</sup> É importante se diferenciar sinal de símbolo. Aquele tem significado menor do que representa, como placas de trânsito e marcas comerciais, já este, tem valor significativo maior do que, fenomenicamente, se apresenta.

<sup>25</sup> Sendo, pois, os arquétipos, formas de expressão do Inconsciente Coletivo, daí cabíveis a toda humanidade. [...] A noção de arquétipo, postulando a existência de uma base psíquica comum a todos os seres humanos, permite compreender porque em lugares e épocas distantes aparecem temas idênticos nos contos de fadas, nos mitos, nos dogmas e ritos das religiões, nas artes, na filosofia, na produção do inconsciente de um modo geral- seja nos sonhos de pessoas normais, seja em delírios de loucos (SILVEIRA, 1997, p. 110).

<sup>26</sup> Essas ideias coletivas, frutos do arquétipo, segundo Jung, são transmitidas, também, pelas histórias contadas através das religiões e cultura em geral de uma sociedade, como música, cinema, poesia e artes plásticas. Hoje, muitas pessoas vivem vidas arquetípicas, com enredos mitológicos, atuando de forma similar em diferentes partes do mundo. Isso é consequência direta do Inconsciente coletivo e seus arquétipos na psique, alterando o comportamento pessoal.

### 3.2. O Arquétipo da Justiça e seus Mitos.

A busca pelo equilíbrio nasceu com o universo e a natureza como a conhecemos. O homem carrega esse ímpeto de harmonia dentro da camada mais profunda de sua psique. Somente após o surgimento das relações sociais, a justiça social, como símbolo, aparece. O símbolo da justiça social não está separado do arquétipo da justiça, ao contrário, ele é a própria externalização deste caráter intuitivo de equilíbrio e equidade.

A justiça como arquétipo é prévia ao símbolo, mas, também, geradora dele. Ela é, antes de tudo, uma descarga energética gerada na psique individual, fruto dos padrões harmônicos emitidos pelo todo. O Cosmos, ou a totalidade, tem sua origem estritamente ligada ao equilíbrio, que em grego, *kosmos*, significa harmonia. Os estados de inconsciência, criados no indivíduo, são formas de se caminhar na busca de um tom afinado e harmônico como manda a natureza. Os sonhos trabalham como uma balança, num sentido compensatório do termo, buscando a união (assimilação) do consciente com o inconsciente.

A psique, como o corpo, faz parte da natureza, de modo que não nos surpreende que ela também opere de acordo com leis similares de compensação. O inconsciente sempre age de maneira compensativa em relação à consciência." (...) "Jung acentua o fato de que os nossos sonhos são complementares em relação ao ponto de vista do ego e que a palavra complementar significa "tornar completo". A completação, diz ele, não é a perfeição. A psique é um sistema auto-regulador que não visa à perfeição, senão à totalidade e ao equilíbrio. (NICHOLS, 1995, p. 166)

A Justiça, primordialmente concebida, tem no seu peso uma carga inconsciente. Antes de se expressar como símbolo da distribuição social ou da punição, ela é um nódulo intuitivo e natural à procura da harmonia, a qual se torna possível a partir da assimilação dos opostos (matéria desenvolvida no Capítulo 4, c). No artigo "O sagrado e a Justiça Restaurativa", o autor Egberto Penido desenvolve um conceito de justiça não-violenta e dialoga muito com o tema da espiritualidade no discurso interdisciplinar da Ciência do Direito. Foi de grande utilidade nesta pesquisa acadêmica, pois expandiu a capacidade de percepção para uma justiça que traduz a realidade dual e, da mesma forma, conectada ao todo - assimilada.

Sucedem que em última instância a integração, a harmonização, nega o próprio ato de julgar na medida em que para sua efetivação necessita de um "não julgamento", uma "não discriminação". Em última instância, o fim (a efetivação da justiça) nega o meio pelo qual se busca alcançá-lo (o julgamento, a discriminação), na medida em que para a efetivação daquele é necessário a negação deste, posto que a harmonização pressupõe uma "não



discriminação”, Um “não julgamento. (PENIDO, 2006, p. 8-9)

Como bem desenvolveu Carl Jung, o significado de Arquétipo tem sua matriz ortográfica baseada na palavra arcano, qual seja, a de um conhecimento profundo, um verdadeiro mistério, uma essência secreta que requer esforço para a sua compreensão. O arquétipo pode ser conhecido somente a partir dos símbolos, mas nunca será materializado. A partir disso, tomando a justiça como arquétipo, para compreendê-la, é necessário o esforço de se empreender num processo de autoconhecimento e análise simbólica para, só assim, respeitar o outro e emitir juízos que expressem justiça. Primeiro, realiza-se esta jornada individual, questão aprofundada no capítulo 5, pois, o arquétipo se manifesta de forma dinâmica, envolvendo símbolos variados de indivíduo para indivíduo, mas gerados pelo mesmo nódulo energético.

Todos precisamos estabelecer contato com um princípio de harmonia e equilíbrio universais para termos a certeza de que, por trás de todas as injustiças aparentes da vida, existe um Tribunal Superior de apelação, um Juiz Supremo junto ao qual podemos pleitear a nossa causa. (NICHOLS, 1995, p. 171)

Quando a realidade requer distribuição e equilíbrio, na presença frequente da tensão dos opostos (dualidade), a mente é governada por impulsos inconscientes frutos do arquétipo da justiça. A par disso, porém, não se tem o intuito de canonizar o conceito de Justiça, pelo contrário, em sua plenitude, ela é uma meta inalcançável. A justiça é a finalidade, mas o desafio está de fato no caminho a ser percorrido. É o próprio buscar. O alcançar traz uma noção de estaticidade já, ao contrário, a Justiça não se dá de forma estática, não é alcançada como muitos imaginam, pois é em si arquetípica. Deve-se entender que o que há é um constante movimento, uma variação ininterrupta de altos e baixos, nos dois pratos da balança. O equilíbrio, fruto da Justiça, se dá com a tensão dos agentes em conflito, advinda de uma influência inconsciente e criativa, nas decisões e atitudes individuais. É como na matemática, a hipérbole, em um gráfico de dois eixos, está sempre se aproximando de um deles, entretanto, nunca os toca. Essa impossibilidade de se alcançar a justiça em sua plenitude tem como causa a própria realidade, pois ela é dual.

De igual forma, ser um sábio, para os estoicos, é o objetivo central da vida, entretanto, esta é uma meta inalcançável<sup>27</sup>. Tanto a ideia de Justiça quanto a de sábio representam

---

<sup>27</sup> O apóstolo Paulo ensina a “viver como convém a santos” (Ef 3,12) – revestir-se “de sentimentos de misericórdia, de benignidade, de humildade, de mansidão e de paciência” (Cl 3,12) – A santidade, como a noção

arquétipos<sup>28</sup>, não admitindo, com isso, a estaticidade. A busca para alcançar o arquétipo está, na verdade, em uma prática habitual e constante. "a prokôpe estoica pressupõe o exercício constante da virtude, de modo que se torne um hábito." (MATOS, 2009, p. 133)

Na teoria de Jung o arquétipo é uma forma abstrata, imaterial, análoga a uma matriz, que serve de molde para os fenômenos psíquicos em seu processo de aperfeiçoamento. Tais estruturas seriam ideias ou imagens primordiais, consequência das mesmas experiências e da observação de padrões naturais, que após se manifestarem de geração em geração, acabaram por incrustar-se na parte mais profunda e arcaica da psique humana, projetando-se nos sonhos, lendas e fábulas e expressando-se através dos símbolos e mitos (CAMPBELL, 1949, p. 55). Desta forma, podemos observar os diferentes símbolos da justiça, que aparecem em diversas culturas como expressões de um mesmo arquétipo. A balança é um utensílio originário na região sul da antiga mesopotâmia, conhecida como Suméria, e evoca a ideia de equivalência e equidade tal como a noção de meio-termo entre o castigo e a culpa. Ela ainda é a representação do signo zodiacal de libra (24 de setembro a 23 de outubro), época em que o sol, após ter atingido o ápice de seu intenso brilho e calor sobre a Terra, entra em um processo de decadência dos seus raios durante o equinócio de outono, até, então, morrer no solstício de inverno<sup>29</sup>. O signo de libra é representado pela balança, pois a partir deste período surge uma ideia de equilíbrio entre o ponto mais alto atingido pelo "astro-rei" e a inevitável queda subsequente.

A balança, sempre expressando a ideia de justiça, como harmonia, está nas mãos de muitas divindades em diversos panteões. Na mitologia grega, a deusa-titã Themis a segura em uma mão e, na outra, empunha uma espada. Esta é a estátua presente em frente à sede do Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Seus pais eram Urano e Gaia, esta que, na tentativa de proteger a filha das loucuras do pai, a entrega a deusa Nix (noite) que, por sua vez, deixa Themis aos cuidados de suas filhas mais velhas, as quais regem a ordem cósmica e o destino dos homens, as chamadas moiras. A deusa é criada então sob os ensinamentos da ordem e estabilidade fundamental no tecido cósmico, tornando-se a zeladora do equilíbrio e das leis,

---

de sábio para o stoá, requer a interferência e participação na natureza divina, seja pelo Espírito Santo - ou Lógos. Os santos também expressam arquétipos paradigmáticos.

<sup>28</sup> "Independente da existência fática do sábio, a sua figura representa um arquétipo talvez inimitável, mas útil no caminho do progresso moral, de sorte que Epicteto não exigia que seus alunos fossem efetivamente Sócrates-o que seria impossível-,mas sim que agissem como Sócrates" (MATOS, 2009, p. 145)

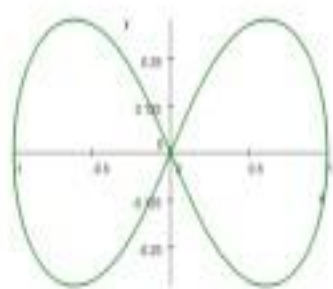
<sup>29</sup> É necessário destacar que, para a astrologia, é utilizado o calendário dos povos que estão ao norte da linha do equador, onde vive a grande maioria da população mundial.

apesar de não ser diretamente a deusa da justiça, a qual era representada por Dice, filha de Zeus com Themis. Ao contrário de sua mãe, Dice não usava vendas e era comumente expressa com os olhos abertos, sinal de estar sempre atenta às injustiças, mas como a mãe, também empunhava a espada e a balança (FRANÇOISE, 1983, p. 90).

A deusa da Justiça correspondente na mitologia romana era a Iustitia, porém diferentemente do seu paradigma grego, usava venda e segurava a balança com as duas mãos, a espada ficava em segundo plano. No calendário romano, ela era comemorada no dia 8 de janeiro, sendo o 8 o número do equilíbrio, pois é a representação dos dois pratos da balança (ou pólos opostos nivelados) em uma coexistência dual que rege a ordem cósmica, tendente ao infinito, este simbolizado tanto pela Lemniscata de Bernoulli, quanto pelo caduceu do deus grego Hermes ou como Mercúrio na mitologia romana.



(Figura 1: Caduceu utilizado por Hermes ou Mércurio, relacionando a simbologia das dualidades, que em conjunto, trabalham em prol da “transcendência”.)



(Figura 2: Lemniscata de Bernoulli - representando o infinito - em completa harmonia - matematicamente.)

Fora do panteão ocidental, a balança e o arquétipo da justiça também são recorrentes na mitologia egípcia, na qual, após ser conduzido pelo deus Toth, o morto, na jornada após a vida na terra, tinha seu coração pesado por Osíris, na presença da deusa da justiça egípcia Maat. Colocado em um dos pratos da balança o coração do falecido deveria pesar menos que

a pluma presente nas mãos da dita deusa. Entre os persas, por sua vez, o arquétipo em destaque se apresenta como o anjo Rashnu da ordem yazata, que na presença do deus Mitra pesa as boas ações dos humanos, com o objetivo de medir o mérito para entrar ou não no paraíso, o qual se caracteriza por um eterno equilíbrio e harmonia. Já nas narrativas bíblicas, judaico-cristã, a balança aparece tanto para o profeta Daniel, o último rei da Babilônia, como a “balança achada em falta” (Dn 5:27), quanto na mão do arcanjo São Miguel. Este último é tido como o arcanjo da justiça, que lidera o exército divino contra as forças de satã, no final dos tempos apocalípticos do apóstolo João.

No tarô, a justiça é o arcano de número 8, sendo ela representada empunhando a espada, símbolo da força e, também, de quem tem a sabedoria para separar as coisas apontando para o alto, numa tentativa de elevação. Esta ascensão também pode ser observada no trono no qual a deusa está sentada, pois se parece mais com asas, desenhada de forma velada. A balança está com os pratos nivelados, seu olhar é direto ao horizonte e, assim, indiferente. Suas vestes por fora apresentam a cor azul demonstrando passividade e compreensão, mas por dentro é vermelho o que remete à atividade e ao princípio da força. A balança é segurada na altura do seu coração e na testa aparece um círculo branco simbolizando a totalidade, o que evoca a virtude, a imparcialidade, harmonia, estabilidade e ordem<sup>30</sup>. Sallie Nichols, em sua obra “Jung e o Tarô, uma jornada arquetípica” apresenta a Justiça, Arcano 8, como uma deusa mediadora (NICHOLS, 1995, p. 170). Ela tem condão de criar harmonia entre as forças opostas e trabalha, essencialmente, na reestruturação das leis universais de harmonia e equilíbrio criativo. Ou seja, o arcano 8 no tarô representa o arquétipo da Justiça em sua forma primordial. Uma carga energética intuitiva que não está afetada pela ira ou vingança e nem se ocupa das questões morais de crime e castigo.

---

<sup>30</sup> No tarô, a carta de número 20, “O Julgamento”, também é desenhada nos moldes arquetípicos de justiça. Neste, a jornada do mago, ou iniciado, passa pela necessidade do auto julgamento, sendo a última chamada eu verdadeiro para a conclusão do objetivo de se atingir a totalidade do ser. Neste Arcano, tal intimação é representada por um anjo que sai de uma nuvem tocando uma trombeta. Duas pessoas, uma masculina e outra feminina, aparecem uma de frente a outra expressando a ideia de dualidade. Uma terceira pessoa emerge de um túmulo, porém não sendo possível identificar o gênero, se passivo ou ativo, representando a ideia de ressurreição ou renascimento a partir da assimilação dos pólos opostos - um terceiro equilibrador (FRANÇOISE, 1983, p. 172).



(Figura 3: A Justiça - 8 – no tarô de Marselha-Grimaud)

Na religião afro-brasileira do Candomblé, a Justiça Divina, oriunda do criador Olorum, é representada pelo fogo do orixá Xangô, o qual irradia a qualidade de equilibrador e que devolve a razão aos seres desarmonizados. Porém, na mitologia em destaque, a Justiça Divina não se realiza apenas com a presença masculina de Xangô, é necessária a força eólica de Iansã, feminina e regente das leis, para difundir o fogo equilibrador de Xangô. Nota-se neste ponto o valor da união dos opostos (masculino e feminino / fogo e ar) para a realização da justiça. Estes são símbolos da justiça, mas estão longe de encerrar aí o conteúdo arquetípico em questão. (NICHOLS, 1995, p. 168)

Após a análise histórica e mitológica do arquétipo da justiça, buscando a simbologia referente, percebe-se a natureza transformativa e dinâmica de sua realização. O arquétipo da justiça chama a atenção para a assimilação harmoniosa das forças opostas, (PENIDO, p. 18-19) sendo o ato de julgar uma concretização simbólica do arquétipo, que não se dá com discriminação, separação ou exclusão, mas sim, quando há integração e harmonização (PENIDO, p. 8-9). Neste diapasão, salienta-se que a reconecção do homem consciente com o todo e com a natureza, se dá, também, em um processo de introspecção feito pelo indivíduo consciente de sua totalidade. A psique é parte da natureza e não uma dádiva ou privilégio dado ao ser humano, exercendo ele, na verdade, um papel de mediador entre o mundo superior e o inferior. Na verdade, a união da dualidade lei humana e lei divina é realizada em prol da justiça, pois ela não se realiza se os dois lados em oposição não cederem.

## 4 O TODO E A ASSIMILAÇÃO DOS OPOSTOS

### 4.1. Lógos e o Todo

*a coisa mais bela que podemos vivenciar é o mistério.*<sup>31</sup>

O mistério é a nossa realidade e os princípios de divindade e onipresença permeiam toda a história da humanidade. Neste capítulo tentaremos identificar o conhecimento gerado ao longo da história do homem no campo da mitologia, religião e filosofia no sentido de se buscar a eternidade e a completude de um todo unido.

Lógos é um termo conceituado por filósofos gregos, mas não foram eles os únicos a trabalharem com a ideia de um princípio original, criador e eterno arquiteto. Seu significado-valorativo é muito similar a outros termos presentes em antigas religiões, como uma impressão etérea que permeia tudo. É chamado de Akásha e Om Primordial, entre os Hindus, Teia de Jóias de Indra, para os Budistas (estes com a base mitológica dos Védicos), de Luz Astral, para os ocultistas, e de Verbo, na religião judaico-cristã, por exemplo. O lógos está presente em todas as coisas e lugares, é a palavra primordial e uma verdade desvelada. Heráclito, filósofo Grego, em 500 a.C., apresenta o lógos como a origem de todo padrão, repetição e forma<sup>32</sup>. Desta maneira, ele inicia o debate filosófico grego em busca de um código, ou seja, de uma matriz padronizadora, presente em todo o universo, sendo a razão do lógos predominante no homem e em toda natureza, gerando harmonia e beleza.

O Universo possui uma consciência una, é a chamada inteligência divina ou lógos, neste sentido, ele é um único organismo vivo, com total consciência de si mesmo. Da mesma forma, não há apenas vida na Terra, a própria terra é viva. Hoje, sabe-se que as formas, tamanhos e movimentos dos corpos celestes determinam as características de sua frequência e do seu campo harmônico. Essa ressonância altera padrões biológicos e comportamentais em todo o corpo, neste caso a Terra moldando todos os seres vivos que vivem nela<sup>33</sup>. Por mais que possam identificar apenas pelo caráter poético, essa unidade não é poesia nem lirismo, é também ciência, alcançada a partir do desenvolvimento interdisciplinar da física quântica, astronomia, psiquiatria e filosofia.

---

<sup>31</sup> Einstein, disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/NDg0MzI5/>

<sup>32</sup> BENJAMIN, Stewart. Documentário Kymatica, Tit. Orig. Kymatic. 84 min.(2009) - EUA

<sup>33</sup> Idem.

No campo filosófico, o filósofo Platão entendia a Terra como um organismo vivo dotado de alma e inteligência, uma entidade visível e, que, se relaciona com tudo. Platão utilizou, ainda, o termo *Anima Mundi* (Alma do Mundo) ou essência espiritual do mundo. Além disso, nos deixou como herança a noção da Geometria Sagrada e da Chave de Ouro, conceitos que, segundo ele, uniriam todos os mistérios do Universo, sendo o último a própria inteligência do *lógos*. Platão buscava, com isso, a “proporção áurea”, ou seja, uma forma geométrica que serviria de base para qualquer formação organizacional. São certos padrões como tetraedros, pirâmides e hexaedros, os quais possuem um grau de equilíbrio muito grande, não existindo desarmonia de forças entre seus vértices. Pitágoras, também neste sentido, foi o maior incentivador do estudo de padrões harmônicos, que de certa forma, ilustra como a “mão de Deus” age como arquiteta universal, uma única inteligência permeando e conduzindo o todo. Ele acreditava que o sentido primordial era simples, pois ele via matemática e música em tudo<sup>34</sup>.

Ainda no mundo grego, os Estoicos, como desenvolvido no capítulo 2, clamavam pela lei natural. Os filósofos da stoá eram jusnaturalistas e tinham a lei natural, chamada de *Phýsis*, como expressão do *lógos*. Diziam que “quem conhece o *lógos* conhece a verdade”. Em contraposição à lei divina, havia a lei dos homens, o *Nómos*, o qual deve estar sempre em comum acordo com a vontade natural e interna do homem, esta, conectada à natureza. "O ponto de vista do Pórtico radica-se sempre na totalidade do processo cósmico" (MATOS, 2009, p. 154).

Há uma sabedoria intuitiva que governa todos os seres, deve-se estar próximo à natureza, em conformidade com ela, com os ciclos e movimentos do Universo, o qual caminha como um organismo unificado e consciente de si, rumo a uma só direção. Indo além, Jung escreve no livro “O Homem e seus Símbolos”, como o homem de hoje se relaciona com a ideia de Todo. Diz o pesquisador que na modernidade, o sujeito deixa de ver sentido na espiritualidade, não obstante, tem uma percepção, também, muito vaga da própria matéria, o homem experiencia, mas não a experimenta. Os povos primitivos chamavam a Terra de “Mãe-Grande” e o intelecto, psique, ou espírito, de “Pai Nosso ou “Pai de Todos” (JUNG, 1998, p. 119). Dar significação e valor psicológico-energético à matéria e ao espírito, como partes do todo, interligados fraternalmente, preenche o vazio da existência. Há uma contradição, diz o autor:

---

<sup>34</sup> DU SAUTOY, Marcus. A história da matemática: a linguagem do universo. Episódio 1, Tít. Orig. “The Story of Math”, BBC e Open Iniversity, 2008, (a partir dos 39:00 min)

“Quanto mais aumenta o conhecimento científico, mais diminui o grau de humanidade do nosso mundo. O homem se sente isolado no Cosmos porque, já não estando envolvido com a natureza, perdeu a sua “identificação emocional inconsciente” com os fenômenos naturais.” (JUNG, 1998, p. 120).

O homem moderno, como bem acentua Jung, comete o grande equívoco de desprover de carga emocional, pedras, flores e outros animais. Essa presunção de racionalidade do homem o afasta da natureza una e consciente de si. Essa perda, segundo o psiquiatra, é compensada via sonhos e divagações, com conteúdos simbólicos fruto da linguagem do inconsciente o que as tornam incompreensíveis para a razão consciente. É possível perceber que a relação do homem com a natureza sofreu uma grande alteração. O trato e relacionamento do indivíduo com o a Terra foi completamente modificado na comparação dos povos primitivos com as civilizações atuais. Os nativos enxergavam na montanha não apenas o que se vê hoje, havia um respeito mútuo com o espírito presente nela (JUNG, 1998, p. 120). Em tempos remotos, o homem não se limitava aos sentidos da visão, audição, tato, olfato e paladar, na verdade, sentia a energia - ou espírito -, pois o todo presente em tudo e fruto da arquitetura do lógos pode superar os cinco sentidos. Este comportamento revela a conexão do homem nativo com a natureza, os quais estavam sob a lei natural da intuição e sensibilidade, seguiam a ordem do espírito da montanha, da árvore, do rio, da neblina, dos trovões, das estrelas e etc<sup>35</sup>.

A forma do homem moderno, em contrapartida, de se relacionar com a natureza tem sido vaga e cada dia mais incerta. Ele não percebe a inteligência una que constrói com criatividade um único campo de força que se move pelo todo. Não está ao redor, está através e faz parte do próprio homem. “O homem primitivo era governado muito mais pelos instintos do que seus descendentes o homem racional, que aprendeu a controlar-se” (JUNG, 1998, p. 59). O indivíduo hoje, no processo ilusório de separação com a natureza, controla, reprime e ignora seus instintos, negando sua ancestralidade e sua raiz. Neste passo, ele não se reconhece na árvore, na montanha, na chuva, na neblina e em todas as outras representações naturais,

---

<sup>35</sup> A religião afro-brasileira do Candomblé traz em si muitos símbolos e representações arquetípicas. Ao relacionar os orixás aos elementos e fases da natureza, permite que haja uma maior participação do homem inconsciente, conectando-o ao todo. Além disso, há uma vasta inferência de temas mitológicos, marcantes no desenvolvimento, tanto individual quanto coletivo, do sujeito participante.



mas, pior que isso, ele não se reconhece no outro (alteridade). Com isso, parece muito difícil compreender o diferente, pois não percebe o quanto igual ele o é do diferente. É de se apontar, aqui, para o fato de que a partir de práticas comportamentais com características típicas do modo de vida dos povos primitivos<sup>36</sup>, qual seja o de respeito, geram relações sociais mais justas, pois se enxerga na natureza e, também, no outro. Vê no olho do próximo refletir a si mesmo. As divergências existentes passam a ser tratadas com naturalidade, os juízos preconceituosos e injustos são deixados de lado. “Queremos uma justiça social que combine com a justiça ecológica. Uma não existe sem a outra”. (BOFF, 1993, p. 2). Nota-se a importância de se evoluir em conjunto e como um todo.

#### **4.2. A Dualidade: Mitos e simbologia;**

Após delinear uma concepção de todo que, consciente de si, move e transforma todas as coisas, acaba-se por se deparar invariavelmente com a realidade que, apesar de ser moldada pela unidade, se apresenta, unicamente, de maneira dual. O conhecimento é fruto de experiências materiais ou psíquicas e só pode ser adquirido pelo método da comparação. Só se conhece o Bem através do Mal e vice e versa<sup>37</sup>. Na natureza, tudo que percebemos com nossos sentidos, nasce da relação entre a vibração e a matéria, desta forma, do masculino com o feminino. É a base do princípio fundamental da dualidade. O comportamento do eletromagnetismo é evidente mundo afora pelo dualismo e, além disso, toda matéria possui carga positiva e negativa, significando que todos os organismos são formados por este princípio.

Desde as épocas mais remotas e arcaicas do desenvolvimento humano, tem-se a ideia de uma força dual, que apesar de se caracterizar como opostas, sua união permite que o processo criativo se realize com sucesso. A constante observação dos padrões polares na natureza - a exemplo da luz e trevas, lua e sol, noite e dia, início e fim, vida e morte, e, atividade e passividade – acabaram por desenvolver a força motriz do universo, sendo esta, formada por princípios opostos. Isto posto, vários mitos foram elaborados numa tentativa de explicar esta ordem cósmica e estudar esta interação como a fonte de tudo o que é criado.

---

<sup>36</sup> Essa relação de trato e cordialidade com a natureza - seres vivos ou inanimados - também pode ser encontrada em modos de vida de muitos povos orientais, principalmente, os que cultivam as práticas culturais tradicionais.

<sup>37</sup> No gênesis bíblico, a expulsão do homem do paraíso se deu após ele se alimentar da “Árvore do Bem e do Mal”, proibida, pois o tornava detentor do conhecimento dos deuses e submisso às fronteiras do “Bem e do Mal” (Gên 2:9, 16, 17; 3:1-24).

A dualidade nas mitologias, sendo esta formada por símbolos gerados pelos arquétipos, aparece de muitas formas e em vários locais diferentes na história da humanidade. Na antiga civilização da Suméria, há o poema épico *Enuma Elish*, na grande cidade Semita da Babilônia. No texto é exposta a constante batalha (tensão) entre a ordem e o caos, representados por *Marduk*, a luz, e *Tiamat* as trevas. Já no Egito antigo, a polaridade era simbolizada pela cobra, que rasteja presa aos instintos e paixões carnis, em oposição ao falcão, que expressava os ideias humanos mais elevados. Na mitologia pré-colombiana também pode ser encontrado a combinação de uma dualidade que é centralizada em um só deus, chamado *Quetzalcoátl* pelos astecas e de *Kukulkan* pelos maias. Eram simbolicamente definidos como uma serpente emplumada que se eleva ou levanta vôo. Na mitologia hindu, por sua vez, o princípio das forças opostas é expresso como *Shiva* o destruidor, ou renovador, e *Vishnu* o conservador, sendo que *Brahma* é o criador que aparece como o equilíbrio ou meio termo entre os dois<sup>38</sup>. Na ciência da Alquimia observamos as polaridades como o enxofre (princípio masculino) e o mercúrio (princípio feminino), sendo que o processo chamado *coniunctio* faz a assimilação dos dois através do sal que simboliza a sabedoria e a conscientização<sup>39</sup>. Para os judeus a letra hebraica *Aleph*, representa tudo o que existe e é a primeira letra do alfabeto, porém seu símbolo desempenha uma tentativa de mostrar que apesar da divindade ser uma, ela só se expressa como o dois. No Evangelho de Mateus 22, 15-21, há uma passagem bíblica em que perguntam a Jesus o que ele acha de pagar impostos a César, Jesus, então, pede para ver a moeda do imposto e pergunta de quem é a figura de inscrição nela, respondem que é a de César, então proclama “*Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*”. Nesta frase, Jesus demonstra a realidade dual existente, negar a materialidade da vida buscando apenas questões do espírito é negar a dualidade. Ele ensina, com isso, a existência e necessidade de saber lidar com os opostos.

Por fim, na China observamos o texto clássico *I-ching*, utilizado tanto no confucionismo quanto no taoísmo, que estuda as diversas formas de integração dos dois princípios duais, *yin*, a força feminina, e *yang*, a masculina, e como se combinam numa relação mutualística (BULFINCH, 2006, p. 102). Estes diversos exemplos de dualidade, em

---

<sup>38</sup> Na interpretação da simbologia hindu, esta trindade está em equilíbrio quando aparece Brahma, um terceiro vértice que gera a harmonia pois vem para unir os opostos, Shiva e Vishnu. A assimilação dos opostos é desenvolvida no próximo tópico deste capítulo.

<sup>39</sup> O sal, também como o deus Brahma, expressa a sabedoria necessária para assimilar os opostos. Ainda na ciência alquímica, observa-se a existência de 3 fases: o nigredo (negro), o albedo (branco) – dualidade - e o rubedo (vermelho). Esta última é o fator equilibrador e totalizante.

diferentes culturas, evocam a ideia de uma polaridade arquetípica ora em conflito, ora em integração, demonstrando a dependência do homem em compreender como se relacionar com a tensão desses opostos inseparáveis.



(Figura 4: Letra Aleph, primeira letra do alfabeto hebraico, a qual representa tudo o que existe e não existe, porém destacando a dualidade inafastável – plano superior e o inferior.)

A corrente filosófica da *stoá*, como acentua Andityas Soares, compreendia a dualidade e a importância de assimilação na tentativa de “viver como Sócrates” (MATOS, 2009, p. 145). Ao viver de acordo com a natureza, os estoicos percebiam que os opostos têm sua utilidade no plano cósmico. Um prato da balança se reduz ao mero suporte do seu correspondente em oposição, na filosofia da *stoá* “a virtude não existe sem o vício e o Bem (Agathos) nada seria sem o Mal (Kakos)” (MATOS, 2009, p. 153). Um lado em conflito só parece contradizer o outro se nos limitarmos à superficialidade, assim, na dualidade não há contradição, os elementos em tensão são como irmãos em uma perspectiva universal. O dois é a soma de duas unidades, iguais e idênticas no peso numérico e em importância. Para o pensamento no Pórtico a coexistência dos opostos é fundamental na busca da ordem cósmica (MATOS, 2009, p. 153).

É importante para o homem perceber sua natureza dúplici<sup>40</sup>, formada por opostos, tentando, com clareza, enxergar que os dois lados estão em movimento. Os opostos são necessários para uma ação fecunda que sustenta e desenvolve a vida. A dualidade existe dentro do homem, na experiência espiritual, homem e deus são dois pratos de uma balança que assimilada e em equilíbrio pode representar a transcendência (NICHOLS, 1995, p. 171). Diz Jung em “O Homem e seus Símbolos” que o fundamento de sistemas opostos é o Princípio do mundo, porém, não se deve ficar preso à dualidade, apesar de percebê-la, não

---

<sup>40</sup> "Os dois pratos da balança da Justiça permanecem vazios, prontos para aceitar e receber a dualidade humana. Só na medida em que também aceitamos a nossa natureza dupla seremos capazes de abordá-la e compreendê-la." (NICHOLS, 1995, p. 165).

devemos a intensificar. Para apreender o um, a unidade e, portanto, o todo, a partir do dois, é necessário a assimilação dos opostos.

### **4.3 A Assimilação dos Opostos.**

Ao se deparar com a realidade dual, que limita a compreensão de um universo uno, o homem restringe o seu conhecer à comparação, percebe-se, aí, a necessidade de saber lidar, a todo o momento, com esta tensão fruto da dualidade. A assimilação não acontece com a inflação de um dos opostos, mas sim com a união deles. Superar a dualidade é uma tarefa impossível neste mundo, cabe ao homem trabalhar para unir os opostos, por um processo chamado de assimilação. Esta é a busca do equilíbrio na própria tensão dos opostos e a união (e não superação) se dá com a aceitação e com a negação ao mesmo tempo. “Os pratos da balança” estão equilibrados quando em movimento.

A noção de Justiça, em sua plenitude, é uma meta inalcançável, mesmo sendo este um objetivo do homem. O trabalho necessário está no caminho a ser percorrido. O alcançar traz uma noção de estaticidade, ao contrário, a Justiça não se dá de forma estática e plena como muitos imaginam, deve-se tomá-la na forma de um constante movimento, uma frequência ininterrupta de altos e baixos nos pratos da balança. O equilíbrio, fruto da justiça, se dá a partir da compreensão da tensão existente entre os agentes em conflito.

Como visto no tópico anterior, a dualidade e a união dela é tema recorrente em mitos e símbolos, como o da balança. O próprio casamento religioso, a união do homem com a mulher, é um reflexo desse instinto natural e tem grande importância para o modo de viver dos indivíduos. Na observação da natureza, um estado de assimilação - ou totalização - é encontrado no sol que nasce todos os dias no leste e caminha, sempre, em direção ao seu oposto no oeste, sendo um exemplo claro dado pela natureza nos termos de assimilação dos opostos. Na Ciência da Alquimia, há a simbologia do Casamento Real - Casamento Alquímic - que a união entre o rei e a rainha, representando a assimilação dos opostos. Esta necessidade de unir os opostos, ou separar para uni-los, é marcante e tema central no estudo dos processos alquímicos. Na antiga civilização suméria é descrita a epopéia de Gilgamesh, o qual era  $\frac{2}{3}$  deus e  $\frac{1}{3}$  homem, e que apesar de expressar a ideia de protetor também era um tirano (características de dualidade). Por isso, os deuses enviam um monstro chamado Enkidu para combatê-lo. Em um determinado momento da história, Gilgamesh sai de dentro das

muralhas da imponente cidade de Uruk para lutar com o monstro enviado pelos deuses e lutam até a exaustão mútua. Neste ponto, Gilgamesh se apóia nos ombros de Enkidu e Enkidu nos de Gilgamesh e um se enxerga no reflexo dos olhos do outro e mutuamente se reconhecem como fortes, sendo que a partir daí as duas forças se unem e se integram, deixando de serem rivais e passando a colaboradores um do outro (BULFINCH, 2006, p. 160).

Na cultura popular, as histórias mitológicas estão presentes na maioria dos enredos de filmes, livros, histórias infantis e peças de teatro. Um exemplo característico com o tema da assimilação dos opostos é a fábula da Bela e a Fera, um tradicional conto de fadas francês. De um lado, a Fera representa a figura masculina, imponente (ativa), feia e, neste caso, má. Do outro, a Bela é a expressão da feminilidade, dócil (passiva), bela e boa. Observa-se que cada um deles representa o oposto um do outro, é uma árdua tarefa uni-los, mas isso, de fato, acontece na história quando a Fera toma uma atitude de passividade, quando tem a bondade necessária para conseguir o amor da Bela. Observa-se que o casamento (união) aconteceu, apenas, quando houve um movimento dos opostos, e a alternância das dualidades, a Fera teve que ser um pouco Bela para se realizar o amor, sinônimo de assimilação e união (JUNG, 1998, p. 177).

Para os estoicos a assimilação também representa união, sendo necessário unir felicidade e virtude, destino e liberdade, alma e corpo, humano e divino e, assim, a junção de ser e dever ser (MATOS, 2009, p. 241). Destarte, no estoicismo a oposição das dualidades é uma ilusão, devendo o indivíduo compreender as experiências duais em identidade, enxergando o mal como bem, pois as situações adversas são necessárias para o aperfeiçoamento moral (MATOS, 2009, p. 153). “Como filosofia da totalidade (...) e grandes conciliadores, os estoicos pensavam por assimilação e não por oposição.” (MATOS, 2009, p. 241).

Os opostos estão em constante movimento, variando seus pólos numa dança eterna, em que as partes em cada extremo se confirmam. A assimilação, num campo harmônico, se dá num movimento constante, numa dança alternada de picos e vales - altos e baixos. Pensar nos termos energia e frequência facilita o entendimento, e a conseqüente mudança comportamental, frente às dificuldades do cotidiano e injustiças sociais. As situações adversas são próprias da vida, para o aperfeiçoamento moral é necessário compreender a tensão como algo constante, fruto de incertezas e inseguranças. A assimilação da dualidade passa pela

aceitação e negação ao mesmo tempo, esse é o próprio dinamismo do equilíbrio, a balança não fica parada<sup>41</sup>.

Entender a assimilação dos pólos opostos como busca de um momento equilibrado e, assim, gerador de justiça, em sua forma arquetípica, seria, pensando de uma forma extrema, em um homicídio, o parente da vítima perceber que a dor da perda só será superada, em certa medida, se ela conseguir assimilar o sofrimento, não estimulando a raiva ou a vingança, mas sim, com a aceitação de que as circunstâncias que permeiam os casos são dúbios e a justiça deve ser realizada internamente, só assim se readquire a paz perdida. O interior do homem é sua corte judiciária de instância superior, este tipo de equilíbrio, após tamanha tristeza, não será encontrada em uma sentença judicial, mas tão somente, de uma forma totalizada, integrada e interior.

---

<sup>41</sup> "Quando quer que sentimos tensões emocionais crescendo dentro de nós, a meditação sobre os pratos da balança de ouro da Justiça pode ajudar-nos a recuperar o equilíbrio. Eles são uma bela demonstração pictórica do modo com que todos os opostos podem funcionar juntos criativamente. O travessão de ouro os separa, de sorte que forças como o bem e o mal ou o amor e o ódio permanecem diferenciados, ao mesmo tempo que os prende, de sorte que eles não podem soltar-se um do outro e tornar-se autônomos. Como Shakti e Xiva, os dois estão ligados para sempre numa espécie de dança. Sua essência é um movimento perpétuo e gentil." (NICHOLS, 1995, p. 167).

## 5 – A SABEDORIA PRÁTICA DE OUVIR A SI E AO PRÓXIMO COMO IDEIA PRIMORDIAL DE JUSTIÇA

### 5.1. Jung e o processo de Individuação;

*É ainda uma tarefa do futuro, integrar a noção geral e básica de que nossa existência psíquica tem dois pólos<sup>42</sup>*

“O indivíduo é a realidade” (JUNG, 1998, p. 69). A Jornada do autoconhecimento, de Carl Gustav Jung, busca encontrar o equilíbrio do indivíduo com o seu self. A separação do eu (ego) com o eu verdadeiro (self) cria uma disjunção psicológica no indivíduo que como um câncer reflete na coletividade. A questão é que nem nós mesmos nos conhecemos. Quem realmente somos? Precisamos de momentos para nos escutar mais e melhor. O que acontece quando o mundo todo se recusa a ver o que tem dentro de si?

Este capítulo faz uma ligação direta com os conceitos junguianos desenvolvidos no Capítulo 3, no sentido de que a Individuação se dá na necessidade de unir a dualidade existente entre consciente e inconsciente, além de implicar, também, num retorno argumentativo aos princípios estoicos, propostos no Capítulo 2, da “vida em conformidade com a natureza”, através da assimilação da lei divina (Phýsis), fruto do Lógos, com a lei humana (Nómos), fundada na racionalidade pura.

Após a separação conflituosa de Carl Jung e Sigmund Freud, com sua conseqüente expulsão da elite européia de estudos psiquiátricos, o suíço passou a atravessar um período de tristeza profunda e que se seguiu por muitas dificuldades e viu, com isso, a necessidade de se afastar de grandes centros urbanos e se concentrar na batalha consigo mesmo. Começou a realizar uma auto-análise anotando pensamentos, divagações, sonhos e delírios. A partir desta jornada de autoconhecimento, Jung encontrou saída para seus traumas e ressentimentos, passando a enxergar a psique humana como de “natureza sagrada” começou o estudo da ciência da mente da forma como entendia ser correta, independente dos dogmas conceituais freudianos e da academia, que o havia renegado. Aproximou-se, assim, muito da história das grandes civilizações, se aprofundando em mitologia, alquimia, tarô e das Religiões em geral.

“A introspecção e o autoconhecimento são fatores da maior importância” (JUNG, 1998, p. 72) Jung acreditava que para ser feliz deve-se abraçar quem realmente se é, em um encontro fiel com o eu verdadeiro. Se todos conseguissem compreender suas próprias

---

<sup>42</sup> Jung em *Memórias, Sonhos e Reflexões*, página 212.

diferenças e mesmo semelhanças, haveria, por certo, menos conflitos no mundo. Sendo um dos principais conceitos da psicologia analítica, este é um processo psicológico de integração dos opostos, incluindo como dualidade, o consciente e o inconsciente. Jung o considerou como o processo central do desenvolvimento humano. Segundo o autor, em “O Homem e seus Símbolos”, o processo de individuação é a busca de comportamentos frutos do arquétipo para aumentar o horizonte da mente consciente.

É necessária a assimilação e integração destes conteúdos readquiridos na mente consciente. Isso, pois, não são neutros e sua assimilação modifica a personalidade do indivíduo e conseqüentemente seus atos de participação na comunidade. (JUNG, 1998, p. 126)

Os símbolos gerados pelo inconsciente são, na contemporaneidade, desconsiderados pelo ceticismo, tendo as mensagens, trazidas pelo arquétipo, seus valores, erroneamente, reduzidos à irrelevância. Eles são, de fato, interpretações subjetivas e podem representar diferentes predicados em cada um. Com isso, é necessário buscar, primordialmente, a justiça expressada na subjetividade do encontro do falso eu (ego) com o eu – verdadeiro (self). "Os arquétipos são os fundamentos ocultos da mente consciente", representam imagens arcaicas e universais que sempre existiram e são constantemente encontrados no mito e no estudo esotérico.

“Se alguém, nos dias atuais, dizer que ouviu vozes ou teve uma visão, não será visto como um santo ou oráculo, mas sim como um paciente de distúrbios mentais.” (JUNG, 1998, p. 136-137). Hoje em dia, muitos não conseguem controlar seus impulsos e desejos psíquicos, a humanidade está em processo de aprendizado quanto a ser livre, ela está aprendendo a lidar com a liberdade e dela se delicia. O homem carece de sabedoria para governar a si mesmo em nível psíquico, devido ao fato de não se conhecer bem. Há uma resistência natural e até certo medo de se aproximar de quem realmente se é, qual seja, a própria realidade do inconsciente que nos move. Apesar de a negação ser compreensível ela é uma afronta à saúde psíquica (JUNG, 1998, p. 59-60), pois a energia inconsciente não é estática e nem neutra, ao contrário, seu dinamismo exige que a dê a devida importância, evitando a ocorrência de conteúdos reprimidos, os quais geram neuroses com conseqüentes juízos que refletem desequilíbrio e, assim, injustiças. (JUNG, 1998, p. 124-125). É comum conhecer pessoas que, por mais esclarecidas e inteligentes, possuem dificuldades no convívio social e, mesmo, familiar. Certas atitudes, cometidas de forma, muitas vezes, instintiva, estão arraigadas de desrazoabilidade. Estes indivíduos, entretanto, “não sabem explicar o porquê desses atos”



(JUNG, 1998, p. 93-94) isso, pois não percebem a força impulsiva e dinâmica dos arquétipos. Para controlar os impulsos e a intuição é necessário conhecê-los.

No reino do inconsciente coletivo o impulso é o rei e a intuição a rainha (e a analogia a princesa, herdeira do trono da mãe) e, por isso, compreender como agem os impulsos é dominá-los, mas não extinguí-los. Dominar atitudes eivadas de injustiças, mesmo quando não queridas conscientemente, é buscar harmonizar o falso-eu (ego) com o Self - “quem eu acho que sou” com “quem realmente sou”. Essa é a essência do processo de Individuação proposto por Carl Gustav Jung<sup>43</sup>.

Neste diapasão, cabe ao indivíduo realizar a reconciliação dos elementos conflitantes da sua personalidade para, só assim, conseguir alcançar alguma forma de equilíbrio que o faça, de fato, um ser humano mais completo e dono de si próprio, pois compreende a realidade dual de sua psique. Por assim dizer, entende Jung que é necessária a assimilação do consciente com o inconsciente para a melhor compreensão da totalidade da mente e, conseqüentemente, do próprio indivíduo.

Certas experiências (que alteram significadamente o comportamento do indivíduo) parecem revelar que as estruturas arquetípicas não são apenas formas estáticas, mas fatores dinâmicos que se manifestam por meio de impulsos, tão espontâneos quanto instintivos. (JUNG, 1998, p. 96)

Jung ajudou a mostrar como há uma ilusória separação, ou diferença, do Homem primitivo com o Homem moderno, o qual não encontra sentido aparente e aplicação prática aos símbolos. O ilustre pesquisador apresentou como, mesmo nos dias de hoje em grandes e pequenas cidades, os mitos antigos agem influenciando os modos de vida da humanidade, assim como o historiador Joseph Campbell. A Escola da Psicologia Analítica de Jung contribuiu muito para a revalidação desses símbolos eternos (JUNG, 1998, p. 137) e de conhecimentos herméticos, como Alquimia, Cabala, Tarô e Astrologia, traduzindo-os para a linguagem psicológica e científica, o que os introduziu na cultura ocidental moderna. No seu livro de memórias, o psiquiatra suíço escreve que o homem vive sob um constante movimento oscilador, no qual o pêndulo vai do ser ao não ser (JUNG, 2012, p. 196), do que faz sentido ao

---

<sup>43</sup> Jung associou o processo de assimilação da sombra (ego ou falso-eu), elevando-a ao nível da consciência, com o processo alquímico de sutilização da matéria expressa, numa tentativa de totalização do ser. O sujeito deixa a imaturidade da identificação e passa a um estado maior de percepção e reconhecimento, evocando uma ampliação da consciência, de acordo com as orientações do eu verdadeiro (self), em detrimento das exigências do meio.

sem sentido. Deveria o indivíduo compreender essa dinâmica, que também pode ser representada pela balança e seus pratos e, ao mesmo tempo, que sucumbe ao instinto, também tenta dominá-lo. (JUNG, 2012, p. 195)

Todas as grandes religiões trouxeram a necessidade do despertar para o lado interior, o Budismo, Hinduísmo, Judaísmo e Cristianismo, caminharam nesta direção. Elas enfatizaram a necessidade do olhar para dentro e do dever de se consumir em si mesmo. Os estoicos, tratados no Capítulo 2, baseado no Livro de Andityas Soares, também vêem a necessidade do homem se interiorizar para alcançar a natureza do Cosmos, escreve o autor:

"Para o stoá o homem é a natureza e a natureza é o homem" (MATOS, 2009, p. 128), porém, "O atributo da racionalidade" que "coroa a natureza humana (...) é necessariamente compartilhado com o Cosmos" (MATOS, 2009, p. 154).

As práticas de interiorização têm o condão de fazer o indivíduo se despir de suas máscaras e se deparar com a realidade existente, fruto do passado consciente e da história de toda humanidade, vindas do inconsciente coletivo. Ficar de frente com o Eu verdadeiro se dá em um processo de coragem e autodeterminação, pois o que se enxerga são, muitas vezes, energias geradas por traumas, violências e abusos. Além disso, é preciso ter coragem para encarar a luz interior, o espírito não dialoga com o medo.

"O homem moderno, racional e civilizado não consegue integrar conscientemente os conceitos instintivos. A consciência voltada para a "racionalidade científica" não consegue assimilar as contradições dos instintos do inconsciente" (JUNG, 1998, p. 119). No processo de Individuação devem-se valorizar as mensagens passadas por sonhos, o qual tem uma função complementar no processo de compreensão da maneira com que cada pessoa se relaciona com os arquétipos, sendo este uma descarga energética, subjetiva, e, portanto, individualizada. Anota Jung, em o "O Homem e seus Símbolos", que:

A função dos sonhos e símbolos oníricos é a tentativa de trazer a mente original e arcaica à consciência moderna (dita avançada e esclarecida), isso acarreta no indivíduo uma reflexão e autocrítica sobre pontos que até então eram desconhecidos (JUNG, 1998, p. 124).

Os símbolos emitidos pelo inconsciente colocam em questão temas marcantes da história da evolução da natureza e da humanidade, pode-se ignorá-los conscientemente, porém será um grande erro pelo fato de, inconscientemente, eles reagirem como uma balança por

meio de sonhos<sup>44</sup>, devaneios e delírios, acarretando neuroses fruto da dissociação. Compreender estes símbolos é a chave para alterar os modos de vida, hábitos e atitudes perante a vida, podendo refletir ou não em padrões de Justiça, esta como um símbolo, representando Justiça distributiva ou retributiva (JUNG, 1998, p. 138).

Quando se observa o interior, percebem-se sensações e sentimentos de forma cada vez mais sutis. Uma mente cada vez mais concentrada se desapega do que acontece no mundo exterior, das paixões e desejos. Os desrespeitos aos direitos humanos e os crimes hediondos, por exemplo, passam a ser percebidos de forma mais consciente e equilibrada, no sentido que ao se interiorizar, consegue-se enxergar o fato em sua plenitude com todas as circunstâncias envolvidas, majorantes e minorantes, não se limitando à violência ocorrida, mas também ao que gerou a violência. As pessoas que nada sabem da natureza são neuróticas, pois abandonam uma parte da realidade e não estão adaptadas a ela, esses indivíduos são, de certa forma, demasiado ingênuos. (JUNG, 2012, p. 209)

## **5.2. Alteridade e o respeito ao próximo.**

O diálogo é a característica mais importante na busca da Justiça, tanto o dialogar auto-reflexivo quanto o social. A necessidade de saber se ouvir, assimilando as dualidades e equilibrando-se internamente com o todo, existente dentro de cada um, a partir de meditações, práticas de leitura e uma maior aproximação com a arte e filosofia, têm, como consequência, o surgimento de um julgador com mais facilidade de ouvir o próximo e entendê-lo melhor, pois melhor se entende, para, enfim, conseguir praticar a justiça. Ouvir é quase que resolver. A incapacidade de reconhecer a própria natureza em todas as coisas e pessoas é causa geradora de injustiças. Certos padrões comportamentais injustos são reflexos de um eu dissociado e, portanto, de um rompimento do ser com sua natureza interior, governada pelo lógos. O preconceito com o negro, mulher, pobre, homossexual, usuário de drogas, idoso, estrangeiro, ou seja, com o diferente, é, na verdade, uma fraqueza em se reconhecer no universo, como um todo, e em cada parte dele. Assim, a atitude individual reflete no coletivo e a parte influencia o todo. Deve-se existir maior inteligência emocional e mais responsabilidade com o outro e com a natureza, buscar uma justiça social, porém, não desvinculada da ambiental.

---

<sup>44</sup> “a função geral do sonho é tentar restabelecer a nossa balança psicológica produzindo material onírico (simbólico) que reconstituiu, de maneira sutil, o equilíbrio psíquico total.” (JUNG, 1998, p. 56)

Prestar atenção no próximo, ouvindo-o com atenção, é uma virtude rara no relacionamento interpessoal. A arte de saber ouvir compreende as qualidades de paciência e tolerância, além do respeito às opiniões divergentes. Em um debate, muitas vezes, é mais interessante valorizar os pontos em comum do que as contradições existentes, alcançando a alteridade. Segundo Frei Betto, a alteridade “É ser capaz de apreender o outro na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença. Quanto menos alteridade existe nas relações pessoais e sociais, mais conflitos ocorrem.”<sup>45</sup> No Livro dos Reis do Antigo Testamento bíblico, o Rei Salomão ao ser recém coroado, bem jovem, pede a Deus que lhe dê sabedoria para governar, com discernimento para OUVIR, o próximo e o mais profundo do seu interior, e julgar. (1 Reis, 3, 4-10). Dalai Lama também clama pela tolerância e respeito, e ressalta, ainda, a necessidade do respeito com o inimigo, escreve:

Mas, quem nos ensina tolerância? Pode ser que seus filhos o ensinem a cultivar a paciência, mas é seu inimigo quem irá ensinar-lhe a prática da tolerância. O inimigo é seu mestre. Mostre-lhe respeito, ao invés de ódio. Dessa forma, a verdadeira compaixão irá brotar de seu interior e essa compaixão é a base de tudo aquilo que você é e acredita.<sup>46</sup>

Deve-se esclarecer que espiritualidade, para nós, é antes de tudo, uma postura diante da vida, dizem que “o budismo começa quando se lava o próprio prato em que comeu”. É a percepção aguçada sobre si mesmo, uma visita ao seu interior, melhorando as atitudes diárias com o constante aperfeiçoamento. Representa mudança, como a transmutação alquímica de pedra bruta em pedra filosofal, trabalhar para chegar à perfeição. A importância da prática diária, de introspecção e reconecção com o todo, num processo de evolução adaptativo constante, acarreta uma mudança de postura do indivíduo dentro da comunidade, tornando-se um agente da evolução social. O desenvolvimento da inteligência sensível e sensorial deve-se pousar na evolução da própria cordialidade no trato social. É necessário afiar os olhos para o viés da sensibilidade. O sentido que se dá de espiritualidade, dentro do conceito evolutivo da consciência una, dita o mais arcaico resíduo histórico no homem, implica a necessidade de modificação do indivíduo frente à sociedade em que vive. A mudança perceptiva interna, ou espiritual, deve gerar mudanças no padrão comportamental e ético do homem.

O cidadão, neste sentido, deve-se aprofundar na busca da assimilação da dualidade - indivíduo e comunidade. A sociedade civil, em sua maioria, tem uma cultura errada de viver

---

<sup>45</sup>BETTO, Frei, Alteridade, disponível em: <http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/alteridade.pdf>

<sup>46</sup> Pensamentos de Dalai Lama, disponível em: <http://www.dalailama.org.br/ensinamentos/pensamentos.php>

em um estado de espera. Aguarda que a solução dos problemas seja realizada por algum chefe de estado, político, chefe da ONU, Deus, ou então, põe a esperança, no próprio judiciário. Esta acomodação gera o afastamento da responsabilidade de cada um na mudança que acredita ser necessária. O indivíduo deve ser um agente incentivador e promotor de uma mudança adaptativa da comunidade frente às novas demandas. Para isso, a cada dia mais, é preciso refletir sob uma perspectiva de “fora da ilha” (como uma dobra em si mesmo), para compreender as práticas cotidianas e padrões da vida comunitária que se têm e se quer alterar. É importante, neste sentido, a introspecção social como sociedade. Cada indivíduo dentro da comunidade deve praticar uma reflexão social, interiorizar-se na estrutura em que pertence. Isso se torna possível, tão somente, com a participação em grupos sociais de estruturas comunitárias. É a maneira encontrada para dar voz ao interior da comunidade, a partir de formas corporativas como as associações de bairro, movimentos urbanos e rurais, partidos políticos, grupos de idosos, mulheres, homossexuais e usuários de drogas que acabam gerando a assimilação dos opostos em nível social. O debate fica mais democrático e a sociedade mais educada politicamente, além de mais informada. Elas dão suporte ao Inconsciente Coletivo, que quer se expressar. Seus anseios devem partir da sociedade civil para a política pública estatal, do menor para o maior, como qualquer mudança deve ser feita. Esta integração, assim realizada, pode refletir em padrões de justiça. Uma sociedade saudável é aquela que valoriza as qualidades humanas instintivas (JUNG, 1998, p. 70).

No fluxo constante de relações e na dinâmica da vida em sociedade, a todo o momento, é exigido que se faça escolhas materializando-se no ato a qualidade de justo ou injusto. A justiça não pode ser tratada como uma medida estática e pré-definida, como se existissem respostas e decisões já prontas. Antes do devido processo legal, a mídia e a opinião pública muitas vezes clamam por uma resposta rápida e já padronizada de justiça. Aristóteles entendia que a justiça deve ser uma medida que se adapta à realidade do momento. Ele comparava o equilíbrio fruto da justiça com a “Régua de Lesbos” a qual era especial, pois, por ser maleável como uma corda ou metal flexível, se adapta ao objeto a ser analisado e, desta forma, pôde ser medido circunferências, cubos e pedras na Grécia antiga. “A régua adapta-se à forma da pedra e não é rígida, exatamente como o decreto se adapta aos fatos”. Flexível como a “régua de Lesbos” a justiça como ideia de equidade não deve medir apenas o que é

normal ou desejado, ao contrário, ela deve também analisar as variações e curvaturas inevitáveis da irregular experiência humana<sup>47</sup>.

Porém, o que se vê hoje, na realidade brasileira, é a superlotação de processos e o engessamento do aparato jurisdicional do estado brasileiro. Isso devido a vários fatores tanto formais quanto materiais, um exemplo é a característica, primordialmente, individualista do processo civil. Com isso, os julgadores, sejam juízes, promotores ou defensores estão impedidos, por razões fáticas, de refletir e analisar profundamente os casos que surgem em seus gabinetes. Não tem sido possível o real empreendimento intelectual e sensível em cada processo, muitas vezes esvazia-se a necessidade e adequação em nome da celeridade. Os juízes não escutam devidamente a parte e nem a eles mesmos e suas concepções de mundo. A sabedoria de saber ouvir o outro é descartada, pois desnecessária. Acaba, por fim, o aplicador do direito a se fazer valer de padrões e modelos, anteriormente definidos, para desenvolver suas petições, alegações, contrarrazões, sentenças e outros procedimentos, que perdem seu valor principiológico e ético. A justiça não tem se adaptado ao caso, o caso tem se adaptado à uma “justiça” já pronta e o poder judiciário, assim, se torna ineficiente. A necessidade de constante evolução e adaptação do direito frente ao dinamismo social fica enfraquecida. É necessária a introspecção e reflexão da estrutura interna do Judiciário brasileiro. O ato de julgar deve ser um ato de humildade frente à situação, com toda sua complexidade, e aos atores em lide. Quanto mais se conseguir não julgar, mais próximo se estará da justiça. É na particularidade que pode ser encontrada a generalidade, neste sentido uma ação individual deve produzir ecos benéficos em toda sociedade. Ensina Marco Aurélio, o Rei-Filósofo, da corrente do Pórtico, que ao se afastar do interesse público as ações individuais impedem a vida comunitária de ser uma. Deve-se sempre buscar se tornar melhor, o simples tentar já comporta o incremento moral (MATOS, 2009, p. 145). Isso, pois, segundo o autor de “O Estoicismo Imperial como Momento da Ideia de justiça”, Sêneca enxerga toda a “(...) humanidade” como “(...) um único e descomunal corpo (...) todos os homens devem atuar tendo em vista o bem comum” (MATOS, 2009, p. 248).

O direito e o intérprete devem servir tão-somente à comunidade e à natureza. A função da ciência jurídica deve ser interpretada com a finalidade única de proteger o destinatário do direito. A luta por direitos humanos está na necessidade urgente de respeitar a dignidade de todo ser vivo, inclusive da própria Mãe-Terra, como um ente (organizativo) vivo e consciente

---

<sup>47</sup>Sobre a Régua de Lesbos e a justiça aristotélica: <http://farolpolitico.blogspot.com.br/2007/10/justia-tripartio-aristotlica-do.html>

na defesa de seus ecossistemas e biomas. A vida deve estar no centro de qualquer decisão estatal, incluindo-se a figura do judiciário.

O dialogar socialmente é importante, pois o que se mostra é que a era dos grandes líderes, hoje, foi alterada pela das grandes cooperativas e convenções sociais/comunitárias – além de cada vez mais internacional. Daí a importância de uma educação que valorize o convívio social e uma participação política mais democrática para crianças e jovens nas escolas. A juventude deve se perceber enquanto nódulo energético-transformador, pertencente a um todo coletivo. O indivíduo e a comunidade se interagem em um padrão fractal, em que cada particularidade existente é expressão e reflexo do padrão definido pelo todo, neste sentido surge a necessidade de uma representação política adequada, também, como momento de justiça<sup>48</sup>. Lima Barreto disse certa vez que o Brasil não tem povo, tem público, é neste sentido que segue a mudança necessária, uma democracia da atuação e não do aplauso. “No entanto, há uma grande conclusão moral que decorre do todo: escutar e esperar. Não ter preconceitos. Não querer triangular o caos. (MUSIL, 1978, p. 1304)

---

<sup>48</sup> Nancy Fraser, em seu artigo “Reenquadrando a Justiça em um Mundo Globalizado”, busca definir uma Justiça Tridimensional, a qual abrangeria, além da distribuição de renda e do reconhecimento cultural, também a dimensão política e democrática.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Deve-se encontrar a quietude no olho do furacão*

Nesta pesquisa, de cunho conceitual e argumentativo, nos deparamos com reflexões filosóficas de natureza ideal que beira a perfeição, mas, na verdade, deve-se deixar claro que o caminho para uma compreensão melhor de Justiça, está no próprio trajeto a ser percorrido. Não se tem o intuito de criar um “juiz Hércules” (DWORKIN, 1999, p. 513) conhecedor de toda a realidade, íntegro e dotado da maior capacidade julgadora, mas sim, um julgador e intérprete do Direito consciente da realidade dual que os permeia (da perfeição pela imperfeição e da injustiça pela justiça) e que tenha, ainda, um sentimento de pertencimento ao grupo e a toda realidade, enxergando no outro um espelho que reflete a si mesmo.

A mente do jurista, do legislador e de todo cidadão, não pode valorizar a falta de coesão nas relações sociais, assim o faz a mente alienada de um louco bipolar, cujos únicos pensamentos que se apodera são os raciocínios e conceitos que lhe agradam, sem se preocupar com os valores da vida. Compreender a justiça é afirmar a realidade como ela realmente é, com sofrimentos, desilusões, dores e despedidas. Negar a realidade torna o homem um louco bipolar, dissociado e impedido de tomar qualquer decisão justa.

A justiça tomada como um valor, tanto ao homem na sua individualidade quanto ao Direito, e como aspiração da sociedade civilizada, torna-se mais rica e fecunda quando não se acredita no tudo ou nada. Para o equilíbrio, com tom harmonioso, deve se lidar, exclusivamente, com a gradação. O agir prudente, como um ato comedido, na sua forma razoável é o próprio reflexo da Justiça primordialmente concebida. A constante presença da tensão exige da Hermenêutica Jurídica a criação de estratégias metodológicas de pesquisa com uma finalidade que vise, exclusivamente, a inovação do direito. A mudança de postura, assim, não deve se limitar ao jurista. Pensando o direito de uma forma completa, é preciso conhecer melhor o trabalho dos legisladores, pois são os responsáveis pela produção de leis. As faculdades de ensino jurídico devem concentrar parte de suas cargas-horárias ao exercício pleno da função legislativa. Neste sentido, também, deve o legislador ser um agente transformador da sua realidade interior, fomentando a aproximação dele, o representante, com o representado. O congressista deve conseguir alcançar, também pela esfera reflexiva, os anseios e reformas necessárias a serem realizadas. Nas decisões de julgamento, entre o justo e o injusto, ao invés da segregação deve se buscar a integração e a assimilação.



Os nossos tribunais de justiça se preocupam principalmente com o ajustamento. Mantêm um equilíbrio de trabalho entre o indivíduo e o Estado e entre um indivíduo e outro. A solução correta para um problema legal não é determinada por uma régua de cálculo. O querelante que vence uma ação judicial nunca recuperará exatamente o que perdeu, seja a saúde, seja os bens materiais, seja o tempo precioso, seja o nome honrado. O tribunal só pode adjudicar-lhe uma compensação. A Natureza, igualmente, oferece compensações, embora, aqui também, nunca se recupere exatamente o que se perdeu. Por exemplo: quando se enfraquece um sentido, os demais sentidos se tornam mais aguçados. O que quer que se ganhe nunca é idêntico ao que se perde, nem se poderá dizer que seja precisamente o oposto; mas, de um modo especial, compensa a perda da capacidade enfraquecida. (NICHOLS, 1995, p. 166)

Concluindo este projeto de teorização da justiça, buscando raízes no jusnaturalismo, realça, por fim, o Ministro Marco Aurélio de Mello, do STF, que diz: "Primeiro idealizo a solução mais justa, só depois vou buscar apoio na lei."<sup>49</sup> Partilhamos deste entendimento do Ministro, num sentido de compreender o direito sob uma perspectiva jusnaturalista que dialoga, primeiramente, com a generalidade racional do próprio universo. Cabe, entretanto, ao juiz conseguir se conectar com essa realidade do lógos. A intuição, a par disso, é fruto de uma inteligência sensível, ou seja, aquela que consegue escutar e compreender o que o “coração” diz e é, primordialmente, cunhada nas raízes do inconsciente com o condão de levar todos a um estado reflexivo, no qual é possível escapar da superficialidade dos sentidos e do estado consciente. Este sim seria um “Juiz Estoico”, não o detentor da Justiça e das decisões justas, mas um bom condutor que trilha o caminho da Justiça.

Devemos perceber que todos os cidadãos, juristas ou não, são e devem se compreender como intérpretes do direito. O direito está presente em todas as fases e circunstâncias da vida, o papel da justiça, como símbolo, é dependente da compreensão da Justiça, como arquétipo, um mandamento da natureza. A busca do equilíbrio, na constante tensão, requer, do indivíduo, a interpretação da realidade. Partir para uma Hermenêutica Jurídica que busque a unidade do direito posto ao direito natural, vislumbrar a interpretação, também, pelo viés da intuição e sensibilidade.

Na valorização das virtudes frente às paixões, desejos ou pecados, cabe ressaltar, neste final, a passagem do filósofo estoico Cícero em “Dos Deveres”,

De fato, a nobreza e a grandeza de espírito encontram-se muito mais de

---

<sup>49</sup>Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Marco\\_Aur%C3%A9lio\\_Mello](http://pt.wikipedia.org/wiki/Marco_Aur%C3%A9lio_Mello)

acordo com a natureza, tal como acontece com a cortesia, a justiça e a generosidade, do que o prazer, a própria vida individual ou as riquezas (...) Por outro lado, subtrair a outrem, para seu próprio proveito, é mais contrário à natureza (...) conseqüentemente, um homem que se submeta à natureza não poderá a outro fazer mal (MATOS ,2009, p. 250).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Neimar de, O DEUS NEGRO. 1973. 26ª Edição. Editora das Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo.

BENJAMIN, Stewart. Documentário Kymatica, Tit. Orig. Kymatic. 84 min.(2009) – EUA

BETTO, Frei, Alteridade <http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/alteridade.pdf>  
Último acesso 27 de outubro de 2014.

BOFF, Leonardo. Caderno Especial Ecologia - O Estado de S. Paulo, 6 jun., 1993.

BULFINCH, Thomas. O Livro de Ouro da Mitologia – Histórias de Deuses e Heróis. 34ª Edição, 2006, Tradução David Jardim, Rio de Janeiro, Editora Ediouro.

CAMPBELL, Joseph, 1949, O Herói de Mil Faces, “The Hero with a thousand faces”, Tradução Adail Ubirajara Sobral, São Paulo Editora Cultrix/Pensamento.

CAMPBELL, Joseph com MOYERS, Bill, org. por Betty Sue Flowers, 1985-1986, O Poder do Mito, “The Power of Mith”, Tradução Carlos Felipe Moisés, São Paulo Editora Palas Athena.

DU SAUTOY, Marcus. A história da matemática: a linguagem do universo. 2008. Episódio um, Tít. Orig. “The Story of Math”, BBC e Open Iniversity.

DU SAUTOY, Marcus, (2011) Documentário O Código, Ep. 1 – 59 min. BBC Inglaterra.

DWORKIN, Ronald. O Império do Direito. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulp: Martins Fontes, 1999. XV.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio, - A ciência do direito 1– 2ª ed. - São Paulo: Atlas, 1980.

FRANÇOISE, Dicta e. Mitos e Tarôs – A Viagem do Mago. 1983, tradução Maria Stela Gonçalves, Editora Pensamento, São Paulo.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. Tradução de Ana Carolina F. L. Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. Lua Nova. São Paulo, v.77, pp.11-39, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n77/a01n77.pdf>> Acesso em 27 de novembro de 2014.

GALILEU, Revista. EDIÇÃO 161 <http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,6993,ESD717-1707,00.html> Acesso em 27 de novembro de 2014

JUNG, Carl G. (Participação M. –L. Von Franz, L. Henderson, Jolande Jacobi e Aniela Jaffé). O Homem e seus Símbolos. 1998. Tradução de Maria Lúcia Pinho, Org. e idealizado por Carl Jung, Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira.

JUNG, Carl Gustav. Memórias, Sonhos, Reflexões. 2012. Tradução Dora Ferreira da Silva. Editora Nova Fronteira

JUNG, Emma, *Animus e Anima*, 1967. Tradução 1990, Editora Pensamento-Cultrix.

LAMA, Dalai, *Pensamentos*. <http://www.dalailama.org.br/ensinamentos/pensamentos.php>  
Acesso em 27 de novembro de 2014

LEVI, Eliphas (Alphonse Luís Constant). *Dogmas e Rituais de Alta Magia*, 1896. Traduzido A. E. Waite. Originalmente publicado por Rider & Company, Inglaterra.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa, 2009, *O Estoicismo Imperial como Momento da Ideia de Justiça – Universalismo, Liberdade e Igualdade no Discurso da Stoá em Roma*, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris;

MUSIL, *Über Moral*, 1978, 1910-1, Alemanha.

NICHOLS, Sallie, *Jung e o Tarô - Uma jornada arquetípica*, São Paulo, 1995, Editora Cultrix;

PENIDO, Egberto de Almeida. *O valor do sagrado e da ação não-violenta nas dinâmicas restaurativas* In: SLAKMON, Catherine; MACHADO, Maíra Rocha; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Org.). **Novas Direções na Governança da Justiça e da Segurança**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2006. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/Download/CoordenadoriaInfanciaJuventude/pdf/JusticaRestaurativa/Artigos/TextoOSagradoEaJr.pdf> Acesso em: 27 nov. de 2014.

SCHIMIDT, Daniel. *Mundos Internos e Mundos Externos*, Tit. Orig. *Inner Worlds, Outer Worlds*, (2012) 121 min. Canadá

SILVEIRA, Nise, 1997, *Jung: Vida e obra*, Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1997.